

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

CONTRATANTE (UASG) 102134 – IFUSP

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS

Para contratação de mão de obra especializada para prestação de serviço de engenharia

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.108.013,32

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **03/07/2026**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

09h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	18
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
11. DOS RECURSOS	20
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



Instituto de física da USP

Processo SEI nº 154.00008182/2026-79

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio do **INSTITUTO DE FÍSICA DA USP**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **prestação de serviço para contratação de mão de obra especializada para prestação de serviço de engenharia** de conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **GRUPO/LOTE ÚNICO**, formados por todos os itens do objeto, conforme tabela constante no Termo de Referência e os licitantes deverão oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 3.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
- 3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.6. Será permitida a participação de:

3.6.1. cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 3.6.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 3.7. O impedimento de que trata o subitem 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
 - 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
 - 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
 - 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **4.4** ou **4.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **4.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. **Valor unitário** e Valor **total**) do item.
 - 5.1.2. Marca.
 - 5.1.3. Fabricante, quando aplicável.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
 - 5.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 5.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,20 (vinte centavos)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **6.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 6.21.2.2. empresas brasileiras.
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:
- 6.22.1.1. Item 01 – 164,69 m3
- 6.22.1.2. Item 02 – 1053,69 m3



- 6.22.1.3. item 03 – 10,98m²
- 6.22.1.4. item 04 – 38,43 m²
- 6.22.1.5. item 05 – 24,70 m²
- 6.22.1.6. item 06 – 34,92 m²
- 6.22.1.7. item 07 – 6,86 m²
- 6.22.1.8. item 08 – 28,17 serviço
- 6.22.1.9. item 09 – 41,60 serviço
- 6.22.1.10. item 10 – 346,22 m²
- 6.22.1.11. item 11 – 468,84 m²
- 6.22.1.12. item 12 – 358,10 m²
- 6.22.1.13. item 13 – 459,64 m²
- 6.22.1.14. item 14 – 1482,00 serviço
- 6.22.1.15. item 15 – 615,11 m²
- 6.22.1.16. item 16 – 2836,51 unidade
- 6.22.1.17. item 17 – 1636,33 unidade
- 6.22.1.18. item 18 – 2987,20 unidade
- 6.22.1.19. item 19 – 336,64 unidade
- 6.22.1.20. item 20 – 28,35 m²
- 6.22.1.21. item 21 – 68,14 m²
- 6.22.1.22. item 22 – 26,48 m²
- 6.22.1.23. item 23 – 733,92 cx com 18 unidades
- 6.22.1.24. item 24 – 1053,84 cx com 18 unidades
- 6.22.1.25. item 25 – 77,10 unidade
- 6.22.1.26. item 26 – 59,88 m²
- 6.22.1.27. item 27 – 380,37 m²
- 6.22.1.28. item 28 – 96,04 m²
- 6.22.1.29. item 29 – 73,26 m²
- 6.22.1.30. item 30 – 293,41 m²
- 6.22.1.31. item 31 – 165,26 unidade
- 6.22.1.32. item 32 – 155,70 m²
- 6.22.1.33. item 33 – 322,83 m²
- 6.22.1.34. item 34 – 12.096,40 – unidade
- 6.22.1.35. item 35 – 105,53 m²
- 6.22.1.36. item 36 – 220,46 m²



6.22.1.37. Item 37 – 284,04 barra de 6 metros

6.22.1.38. Item 38 – 526,93 m²

6.22.1.39. Item 39 – 1221,65 m²

- 6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.
- 6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **7.12.** do edital.
- 6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **3.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF.
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 7.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem 7.1.4. será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.7. Será desclassificada a melhor proposta que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis.
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima e conforme estabelecido [Instrução Normativa nº 73/2022 c/c o artigo 1º, inciso IV do Decreto Estadual nº 67.608/2023](#), a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



- 7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.
- 7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



- 7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
 - 8.4.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico ([§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
 - 8.4.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ([§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.10.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.10.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.10.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.12.1**.
- 8.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.



cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado, desde que:
- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos licitantes, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas



pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos.**
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **mediante solicitação formal via e-mail: compras@if.usp.br.**



12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
 - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
 - 12.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 12.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
- 12.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 12.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
- 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
- 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa ([art. 156, §7º](#)).
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores



estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ([art. 156, §9º](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo email compras@if.usp.br*.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portal.if.usp.br/atf/licitacao> e <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>.
- 14.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.12.1. ANEXO I - Termo de Referência + ETP + Memorial Descritivo
 - 14.12.2. ANEXO II – Proposta Comercial
 - 14.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
 - 14.12.4. ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 14.12.5. ANEXO V – Orientações sobre a retenção de imposto de renda
 - 14.12.6. ANEXO VI – Termo de Ciência e Notificação

São Paulo, data da assinatura digital

Profª Drª Kaline Rabello Coutinho

**ANEXO I – Termo de referência + ETP + Memorial Descritivo**

SEI nº 154.0000.8182/2026-79

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de **mão de obra especializada para prestação de comuns de engenharia**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MARCA	CATMAT	UNID. DE MEDIDA	QUAN T. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Demolição de alvenaria de tijolo comum, com reaproveitamento, conforme memorial descritivo;	1627	M3	60,00	164,69	9.881,40
02	Demolição de concreto com utilização de martelo rompedor pneumático, conforme memorial descritivo;	1627	M3	10,00	1.053,69	10.536,90
03	Demolição de forro de estuque ou gesso em placas, conforme memorial descritivo;	1627	M2	300,00	10,98	3.294,00
04	Demolição de piso cerâmico/granilite inclusive retirada da camada de regularização sobre lastro de concreto com espessura até 3 cm, conforme memorial descritivo;	1635	M2	120,00	38,43	4.611,60
05	Remoção de revestimento de piso vinílico, conforme memorial descritivo;	1627	M2	500,00	24,70	12.350,00
06	Demolição de divisória em geral, conforme memorial descritivo;	1627	M2	130,00	34,92	4.539,60
07	Demolição de revestimento de azulejo ou lambris, conforme memorial descritivo;	1627	M2	200,00	6,86	1.372,00
08	Remoção de esquadria metálica sem reaproveitamento (0,80mx0,90m), conforme memorial descritivo;	1627	UN	30,00	28,17	845,10
09	Remoção de esquadria de madeira, inclusive batente (0,90mx2,10m), conforme memorial descritivo;	1627	UN	30,00	41,60	1.248,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

10	Alvenaria estrutural com blocos de concreto 14 x 19 x 39 cm, classe B (4 MPa = resistência < 8 MPa), parede # 14 cm, juntas com 10 mm, com argamassa industrializada, inclusive encunhamento, conforme memorial descritivo;	1627	M2	20,00	346,22	6.924,40
11	Divisória estruturada em perfil de alumínio duplo, com painel em laminado melamínico miolo maciço semi-acústico e Incombustível # 35mm, conforme memorial descritivo;	15814	M2	245,00	468,84	114.865,80
12	Parede de gesso acartonado simples interna, espessura final 100 mm, pé-direito máximo 3,15 m, conforme memorial descritivo;	15814	M2	200,00	358,10	71.620,00
13	Parede de gesso acartonado dupla interna, espessura final 125 mm, pé-direito máximo 3,75 m, conforme memorial descritivo;	15814	M2	400,00	459,64	183.856,00
14	Caixilho de alumínio sob encomenda, colocação e acabamento, basculante, com contramarcos. Linha 40 ou superior, conforme memorial descritivo;	20117	UN	20,00	1.482,00	29.640,00
15	Caixilho de ferro sob encomenda, colocação e acabamento, basculante, com contramarcos, conforme memorial descritivo;	20117	M2	51,03	615,11	31.389,06
16	Porta para divisória estruturada em perfil de aço duplo, com painel em laminado melamínico e miolo maciço semi-acústico e incombustível # 35mm, inclusive ferragens e fechadura, conforme memorial descritivo;	602633	UN	5,00	2.836,51	14.182,55
17	Fornecimento e instalação de porta de madeira 0,90 x 2,10 m, externa com batente, guarnição e ferragens e fechadura, conforme projeto, conforme memorial descritivo;	239315	UN	20,00	1.636,33	32.726,60
18	Fornecimento e instalação de porta de madeira 1,60 x 2,10 m, interna, duas folhas, com batente, guarnição, ferragens e fechadura, conforme projeto, conforme memorial descritivo;	239314	UN	10,00	2.987,20	29.872,00

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP**

19	Confecção e instalação de visor para porta de madeira com vidro liso incolor 5mm em porta de madeira, com baguete, conforme memorial descritivo;	239314	UN	40,00	336,64	13.465,60
20	Fornecimento e aplicação de gesso aplicado em parede ou teto interno – desempenado, conforme memorial descritivo;	13455	M2	50,00	28,35	1.417,50
21	Fornecimento e aplicação de chapisco rolado com mistura de cimento e areia traço 1:3, com adição de adesivo sintético de alto desempenho. Reboco para parede interna ou externa # 0,5 cm com argamassa pré-fabricada, base para epóxi, borracha clorada, massa corrida acrílica, colagem de laminados, etc., conforme memorial descritivo;	24813	M2	100,00	68,14	6.814,00
22	Instalação de forro modular, incluso, ferramentas e mão-de-obra, conforme memorial descritivo;	18180	M²	700,00	26,48	18.536,00
23	Fornecimento de forro removível acústico de fibra mineral apoiados em perfis metálicos suspensos 625 x 625 mm, incluso material de instalação, conforme memorial descritivo;	480500	CX	29,00	733,92	21.283,68
24	Fornecimento de forro removível acústico de fibra mineral apoiados em perfis metálicos suspensos 1250 x 625 mm, incluso material de instalação, conforme memorial descritivo	480500	CX	22,00	1.053,84	23.184,48
25	Fornecimento de forro removível de isopor apoiado em perfis metálicos suspensos 1250x625mm, conforme memorial descritivo;	480500	UN	252,00	77,10	19.429,20
26	Forro de Gesso - Sanca e reparos, conforme memorial descritivo;	480500	M2	180,00	59,88	10.778,40
27	Fornecimento e instalação de porcelanato acetinado 90 x 90 cm assentado com argamassa pré-fabricada de cimento colante - com mão de obra empreitada, conforme memorial descritivo;	5312	M2	100,00	380,37	38.037,00
28	Fornecimento e instalação de rodapé cerâmico assentado com argamassa pré-fabricada de	5312	M	80,00	96,04	7.683,20

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP**

	cimento colante altura 100m, conforme memorial descritivo;					
29	Fornecimento e instalação de piso com revestimento à base de epóxi, duas demãos # 1,5 a 2,5 mm, conforme memorial descritivo;	5312	M2	200,00	73,26	14.652,00
30	Fornecimento e instalação de granilite para revestimento de piso moldado no local e/ou pré-moldado (soleira) Inclusive mobilização e desmobilização para cada 20m², conforme memorial descritivo;	5312	M2	65,00	293,41	19.071,65
31	Fornecimento e instalação de rodapé de granilite pré-moldado, assentado com argamassa mista de cimento, cal e areia. Medidas: 100x2000x3mm, conforme memorial descritivo;	5312	UN	90,00	165,26	14.873,40
32	Fornecimento e instalação de soleira de granito natural de 15 cm de largura, assentado com argamassa mista de cimento, cal e areia, conforme memorial descritivo;	621172	M	30,00	155,70	4.671,00
33	Fornecimento e instalação de placa vinílica 30x30 cm, # >=2,5 mm, capa de uso >= 0,5, fixada com cola à base de neoprene, conforme memorial descritivo;	5312	M2	300,00	322,83	96.849,00
34	Fornecimento e instalação de manta vinílica, 2 m x 20m, # >=2 mm, fixada com cola à base de neoprene (rolo 40m²), conforme memorial descritivo;	5312	UN	5,00	12.096,40	60.482,00
35	Fornecimento e instalação de rodapé vinílico com 100mm de altura, fixado com cola à base de neoprene, conforme memorial descritivo;	21989	M	280,00	105,53	29.548,40
36	Fornecimento e assentamento de peças cerâmicas, especificação conforme memorial: 1. Revestimento cerâmico acetinado 0,15m² < área < 0,25m² e 2. Azulejo 15cmx15cm, assentadas com argamassa pré-fabricada de cimento colante e rejuntamento com rejunte impermeável, conforme memorial descritivo;	16560	M2	400,00	220,46	88.184,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

37	Cantoneira de alumínio para proteção de quinas (6mx3/8"x1/8"), conforme memorial descritivo;	607767	UN	10,00	284,04	2.840,40
38	Fornecimento e instalação de vidro cristal liso # 5 mm colocado em caixilho, com gaxeta de neoprene, inclusive película refletiva G20, conforme memorial descritivo;	347564	M2	30,00	526,93	15.807,90
39	Fornecimento e instalação de vidro cristal laminado # 6 mm colocado em caixilho com gaxeta de neoprene, conforme memorial descritivo;	230270	M2	30,00	1.221,65	36.649,50

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias corridos** contados da **data de assinatura do contrato/termo de início dos serviços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das - regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000033/2025.
- II. Data de publicação no PNCP: 23/06/2025
- III. Id do item no PCA: 33



- IV. Classe/Grupo: 833 – SERVIÇOS DE ENGENHARIA
- V. Identificador da Futura Contratação: 102134-187/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

Garantia da contratação

- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 5.1.1. Início da execução do objeto:
 - 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
 - 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:
 - 5.1.4. Etapa:

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 8h às 17h dias úteis, ou conforme cronograma firmado entre contratante e contratada

Rotinas a serem cumpridas

- 5.4. A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / em anexo
 - 5.4.1. Encaminhamento por e-mail e/ou drive compartilhado, da lista de funcionários elencados para a tarefa, contendo nome; documento de



identificação com foto, contendo registro geral e número de cadastro de pessoa física (RG/CPF); ficha de empregado e/ou cópia da carteira de trabalho; ficha/comprovante de recebimento de equipamento de proteção individual (E.P.I); atestado de saúde ocupacional dentro da validade e na situação “apto” para as tarefas objeto do contrato. Essa lista deve ser atualizada sempre que um novo colaborador iniciar/encerrar suas atividades no Instituto.

5.4.2. Preenchimento do documento padrão, fornecido pela Contratante “Cadastro de Contratos Terceirizados”, no qual constarão os dados gerais do contrato e a lista de colaboradores elencados para a tarefa, conforme item 5.4.1.

5.4.3. Realização da integração com a equipe de fiscalização e liderança da vigilância/zeladoria do Instituto, a fim de receber informações gerais sobre acesso, permanência e conduta nas instalações e procedimentos padrão da Unidade.

5.4.4. Registro fotográfico inicial das instalações.

5.4.5. Registro diário de ocorrências e da evolução dos serviços, em documento de acesso livre à fiscalização, que poderá ser via aplicativo, on-line por meio de drive compartilhado ou diário físico. O diário físico deverá ser conferido/assinado diariamente.

5.4.6. Encaminhamento da medição, com antecedência de 05 (cinco) dias úteis antes do fechamento dos 30 (trinta) dias corridos de trabalho, a fim de que haja tempo hábil para eventuais retificações.

5.4.7. Emissão da(s) nota(s) fiscal(is) somente após a aprovação dos serviços pela fiscalização.

5.4.8. Recebimento provisório do(s) serviço(s).

5.4.9. Recebimento definitivo do(s) serviço(s).

5.4.10. Desmobilização (Retirada de bloqueios, equipamentos, ferramentas, restos de insumos e limpeza geral).

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. A contratada deverá disponibilizar escadas/andaimes compatíveis com as atividades e em condições de uso que permitam realizar as tarefas com segurança.

5.5.2. Os equipamentos de proteção individual (E.P.I.s) dos colaboradores deverão estar em condições adequadas e seguras de uso, com certificado de aprovação válido e dentro da validade.



5.5.3. Os materiais a serem empregados na obra, em especial aqueles cujos requisitos de resistência, qualidade, espessura, performance, sustentabilidade e outros, são determinados por normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), somente poderão ser aplicados após a verificação e aprovação da fiscalização, a saber: revestimentos de forro e piso, painéis e divisórias, portas, caixilhos, dentre outros.

5.5.4. Os materiais deverão estar em suas embalagens originais, com informação de fornecedor, quantidade, lote e data de fabricação. Materiais de revestimento como pisos e azulejos devem ser de um mesmo lote, a fim de evitar variações de cor, padronagem e tamanho.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Os serviços que geram ruído, vibração e poeira deverão ser programados para dias e horários que causem menor impacto às atividades acadêmicas, podendo ocorrer, inclusive, em horário noturno (até as 21h59) e/ou aos finais de semana.

5.6.2. A permanência de encarregado responsável pela organização das tarefas é imprescindível para o bom andamento da obra e será exigida e acompanhada pela fiscalização.

5.6.3. Deverá ser providenciada a caçamba estacionária para deposição de entulho antes do início dos serviços de demolição/remoção. Este equipamento deverá estar disponível por todo o período da obra em que for necessário, não se admitindo acúmulo de entulho, mesmo que ensacados, no interior ou exterior da edificação.

5.6.4. Os funcionários deverão fazer parte do quadro funcional da Contratada, por meio de contratos legalmente firmados e que respeitem à legislação trabalhista. Não serão admitidos colaboradores micro empreendedores individuais (MEI).

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATADO** deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante toda a execução dos serviços.
- 6.8. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).



- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).
- 6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).
- 6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).
- 6.18. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.19. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas de acordo com cronograma das liberações de salas e locais para execução dos serviços a ser acordado posterior a assinatura do contrato.



- 6.19.1. Verificação diária e anotação dos nomes dos colaboradores elencados para a tarefa, compatibilizando-os com os nomes constantes na lista de colaboradores informada pela Contratada.
- 6.19.2. Recepção da medição assinada e da Nota Fiscal e encaminhamento aos setores responsáveis.
- 6.19.3. Verificação dos dados da Nota Fiscal e demais documentos e certidões junto ao Setor de Contabilidade, prezando para que as datas de execução e recebimento estejam compatíveis.
- 6.19.4. Acompanhamento do pagamento da Nota Fiscal junto aos setores responsáveis.

Gestor do Contrato

- 6.20. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).
- 6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).
- 6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).
- 6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).
- 6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.



- 7.7.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.
- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.
- 7.15. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da Portaria GR. nº 8249/2023.
- 7.17.1. São condições para a liberação do pagamento:



- a) O recebimento definitivo do objeto.
 - b) A entrega da documentação fiscal completa.
 - c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº. 53.455/2008.
- 7.18. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.18.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.18.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.19. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.20. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.21. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.22. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

- 7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.25. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.



7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **integral / preço global**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de **Engenharia e/ou Arquitetura, com autorização, expedido por CREA/CAU (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia /Conselho de Arquitetura e Urbanismo), nos termos da Lei nº 5.194/66 e Lei nº 12.378/10, respectivamente.**
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso.
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



- 8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.20. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.
- 8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).
- 8.23.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.24. **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:**
- 8.24.1. **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).**
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

- 8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) /Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.

- 8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.30. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional ou superior ao objeto desta contratação, ou item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.30.1.1. **Fornecimento e instalação de divisória de gesso acartonado, em complexidade compatível com o objeto, na quantidade mínima de 300m², equivalente a 50% da contratação.**
- 8.30.1.2. **Fornecimento e instalação de forro modular, na quantidade mínima de 350m², equivalente a 50% da contratação.**
- 8.30.1.3. **Fornecimento e instalação de revestimento cerâmico em parede, na quantidade mínima de 200m², equivalente a 50% da contratação.**
- 8.30.1.4. Fornecimento e instalação de piso vinílico (em placas e/ou rolo), na quantidade mínima de 250m², equivalente a 50% da contratação.**
- 8.30.2. **Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.**
- 8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.



8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.31. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

8.32.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.

8.32.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.

8.32.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.32.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.32.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.33. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação



seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

8.33.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

8.33.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$1.108.013,32 (Hum milhão, cento e oito mil, treze reais e trinta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima**.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: **102134**.
- II. Fonte de Recursos: **Tesouro**.
- III. Programa de Trabalho: **Conforme Cronograma Físico Financeiro**.
- IV. Elemento de Despesa: **33903979 – 33903963 – 33903611 – 33903999 - 33903052 – 449005234 - 33903090**
- V. Plano Interno: **PCA 2026**.

São Paulo, data da assinatura Digital

Maria Ap. Barboza Mota
Tec.Assunt.Administrativos

Verônica Espinosa Pintos Lopes
Coordenadora de Obras, Projetos e Supervisora de Estágios IFUSP



APÊNDICE – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Tendo como base o disposto no artigo 18 - § 1º - o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de otimização dos recursos públicos, sob as seguintes vertentes:

Eficiência Operacional e Segregação de Funções: A realização de múltiplos processos licitatórios para demandas de pequeno vulto geraria um custo processual desproporcional. Dado o princípio da segregação de funções, cada certame mobiliza desnecessariamente diversas frentes de trabalho (pregoeiros, equipe de apoio, assessoria jurídica e técnica). O agrupamento em um único certame otimiza a força de trabalho da administração, permitindo foco na fiscalização e execução.

Atratividade e Qualificação Técnica: O agrupamento de demandas eleva o valor global do objeto, tornando o certame atrativo para empresas de maior robustez técnica e financeira. Isso permite a exigência de atestados de capacidade técnica compatíveis com a complexidade dos serviços, mitigando o risco de contratação de empresas inexperientes que poderiam comprometer o cronograma ou abandonar a execução.

Janela de Oportunidade (Recesso Escolar): O interesse público exige que as intervenções ocorram prioritariamente no período de recesso escolar para evitar prejuízos ao calendário letivo. A espera pela conclusão individual de todos os projetos remanescentes para licitações isoladas inviabilizaria essa janela temporal crítica.

Modelo de Execução por Demanda: A utilização do Pregão permite que as ordens de serviço sejam emitidas conforme a finalização exata de cada projeto, garantindo que o fluxo de obras não sofra solução de continuidade e que o erário pague apenas pelo serviço efetivamente demandado e tecnicamente amadurecido.

II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em todas as suas dimensões, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

1. Qualificação Técnica e Operacional

Capacidade Técnica da Empresa: Exigência de atestados de responsabilidade técnica que comprovem a execução de serviços compatíveis em características e prazos com o objeto. O vulto da contratação visa atrair empresas com estrutura robusta, mitigando o risco de abandono de obra e garantindo o cumprimento do cronograma crítico.

Qualificação Profissional da Equipe (Mão de Obra): Como requisito de execução, a contratada deverá comprovar que os profissionais alocados nas frentes de serviço (eletricistas, encanadores, pedreiros, etc.) possuem formação técnica específica, atestada por certificados de organismos de formação profissional reconhecidos (ex: SENAI, Escolas Técnicas ou Centros de Treinamento Setoriais).

Vínculo e Formalização: A fim de evitar a precarização do trabalho em ambiente sensível (unidades escolares), a contratada deverá demonstrar o vínculo formal de sua equipe. Fica vedada a



subcontratação indiscriminada de profissionais (MEIs ou autônomos) sem o devido preparo técnico ou referências de segurança, garantindo a execução sob padrões rigorosos de qualidade.

2. Padrões de Qualidade e Desempenho

Conformidade Normativa: Todos os serviços e materiais devem seguir rigorosamente as normas da ABNT, as especificações dos memoriais descritivos e as tabelas de referência (SINAPI/Órgão).

Garantia de Execução: Previsão de garantia mínima para os serviços, com obrigatoriedade de correção de eventuais vícios construtivos em prazos reduzidos, dado que as unidades escolares devem estar plenamente operacionais após o término do recesso.

3. Dimensões da Sustentabilidade

Dimensão Social: Promoção do trabalho decente mediante a exigência de profissionais qualificados e formalizados, garantindo a segurança do trabalho (cumprimento das NRs) e a integridade da comunidade escolar durante as intervenções.

Dimensão Ambiental: Obrigatoriedade de plano de gerenciamento de resíduos da construção civil (Resolução CONAMA nº 307/2002) e preferência por materiais com certificação de origem ou selos de sustentabilidade.

Dimensão Econômica: Otimização dos recursos públicos através da redução de custos processuais. Ao unificar os projetos em um único certame, evita-se a mobilização repetitiva de pregoeiros, assessoria jurídica e fiscais, garantindo a Economia de Escala Administrativa.

4. Metodologia de Escolha e Execução

Critério de Julgamento: Menor preço por grupo, via Pregão Eletrônico, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa globalmente.

Execução por Demanda: As ordens de serviço serão emitidas conforme a finalização exata de cada projeto remanescente, garantindo que o fluxo de obras acompanhe a disponibilidade orçamentária e a prontidão técnica dos estudos em desenvolvimento.

III – Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas Técnica e econômica da escolha da solução a contratar.

1. Análise das Alternativas e Histórico (Diagnóstico)

Historicamente, a Administração adotou a estratégia de contratação individualizada por projeto. Contudo, o levantamento de mercado e a análise do histórico contratual revelaram as seguintes ineficiências:

Baixa Atratividade (Quantidades Exíguas): Licitações isoladas de baixo valor atraíram poucas empresas, muitas delas sem o portfólio ou a robustez necessária, resultando em contratações de risco e execução técnica precária.

Fragmentação do Cronograma: A dependência da conclusão individual de cada projeto gerou "frentes não liberadas", forçando suspensões contratuais frequentes e perda de janelas críticas (recesso escolar).

Custo Operacional: O esforço administrativo para realizar múltiplas licitações pequenas mostrou-se antieconômico frente ao custo da segregação de funções e mobilização de equipes internas.

2. Justificativa Técnica da Escolha

A solução escolhida é o agrupamento de demandas para execução por demanda, fundamentada nos seguintes pontos:

Ganho de Escala e Qualificação: Ao unificar os projetos, o vulto da contratação permite exigir atestados de capacidade técnica mais rigorosos. Isso atrai empresas com experiência comprovada e corpo técnico qualificado (SENAI/Formação Técnica), essencial para intervenções em ambiente escolar.

Sincronismo Operacional: O modelo permite o planejamento global das frentes de trabalho. Diferente do modelo anterior, a administração pode liberar ordens de serviço de forma estratégica para aproveitar integralmente o recesso escolar, evitando paralisações por falta de projetos adjacentes.



Mitigação de Riscos: Empresas com melhor portfólio possuem maior capacidade de mobilização e resiliência financeira, reduzindo drasticamente as chances de abandono de obra — problema recorrente em contratos de baixo valor.

3. Justificativa Econômica

Redução de Custos Processuais: A realização de um único certame (Pregão Eletrônico) em vez de múltiplos processos fragmentados gera uma economia direta em horas-trabalho de pregoeiros, consultoria jurídica e fiscais.

Eficiência de Preços: O ganho de escala geralmente resulta em preços unitários mais competitivos, visto que o custo fixo de mobilização da empresa vencedora é diluído em um volume maior de serviços.

Relação Custo-Benefício: O risco econômico de uma obra parada ou mal executada (custo de nova licitação, multas e deterioração do patrimônio) supera qualquer suposta vantagem de licitações menores. A escolha garante o melhor aproveitamento do erário através da continuidade administrativa.

IV – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

A solução consiste na contratação de serviços comuns de engenharia, estruturados por meio de tarefas padronizáveis e interdependentes, destinadas à manutenção, adequação e reforma de unidades escolares.

Integridade do Objeto: Embora a execução ocorra de forma sob demanda, a solução se consolida como um projeto de engenharia unificado. A opção por uma única empresa para realizar tarefas correlatas (civil, elétrica, hidráulica, etc.) garante a sincronia operacional e a obtenção de um objeto pleno, evitando conflitos de interface que ocorreriam caso múltiplas empresas atuassem no mesmo canteiro ou cronograma.

Responsabilidade Global: A contratada será responsável pela mobilização de equipe técnica qualificada, fornecimento de materiais normatizados e execução integral conforme os projetos e memoriais, assegurando que o resultado final atenda aos padrões de segurança e funcionalidade exigidos pelo interesse público.

Manutenção e Assistência Técnica

Garantia Técnica: A contratada deverá oferecer garantia integral sobre os serviços executados, conforme os prazos legais e normativos (Código Civil e normas ABNT), contados a partir do Recebimento Definitivo de cada etapa ou projeto concluído.

Assistência Pós-Entrega: Durante o período de garantia, a empresa deverá manter canal de comunicação para chamados de assistência técnica. Em caso de vícios ocultos ou defeitos de execução que comprometam a operação das unidades escolares, a contratada deverá realizar os reparos necessários em prazos exíguos (ex: 48h para itens críticos), sob pena de sanções contratuais.

Manutenção Corretiva e Preventiva: A solução prevê que as tarefas executadas entreguem sistemas prontos para uso/operação, cabendo à contratada fornecer as orientações de uso e os manuais técnicos quando a complexidade do serviço assim exigir, facilitando a futura manutenção predial pela Administração.

V – Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.



As quantidades foram estimadas de acordo com as demandas cuja previsão de atendimento é o segundo semestre de 2026.

Demolições/remoções: 60m³ de alvenaria; 10m³ de concreto simples; 300m² de forro; 120m² de piso; 500m² de piso vinílico; 130m² de divisória; 200m² de azulejo; 30m² de esquadrias metálicas; 30 portas.

Execução: 20m² de alvenaria; 245m² de divisória estrutural de laminado; 200m² de divisória de gesso acartonado (drywall); 400m² de divisória dupla de gesso acartonado; 20 caixilhos de alumínio medida padrão; 51,03 m² de caixilho de ferro padrão; 5 portas para divisória; 20 portas simples; 10 portas duplas; 40 visores de porta; 50m² de gesso corrido; 100m² de chapisco com reboco; 700m² de serviço de instalação de forro e fornecimento de 700m² de forro modular/gesso; 100m² de porcelanato; 80m de rodapé; 200m² de piso em epóxi; 50m² de piso de granilite; 90m de rodapé pré-moldado de granilite; 30m de soleira de granito; 300m² de piso vinílico em placas; 5 rolos de piso em manta; 280m de rodapé vinílico; 400m² de azulejo; 60m de perfil cantoneira para proteção de quinas; 30m² de vidro liso comum 5mm com gaxeta; 30m² de vidro laminado 6mm com gaxeta.

VI – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos equipamentos que lhe dão suporte que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

R\$ 1.100.000,00 (Um milhão e cem mil reais).

VII – Justificativas para o parcelamento ou não da solução.

A Administração opta pelo não parcelamento do objeto, mantendo a contratação em lote único, baseando-se nos seguintes pilares:

1. Integridade e Sincronia Técnica (Objeto Pleno):

As tarefas que compõem os serviços de engenharia são correlatas e interdependentes. A execução de uma reforma escolar exige que os serviços de infraestrutura, acabamento e instalações ocorram de forma harmoniosa. A unificação garante a entrega do "objeto pleno", assegurando que a compatibilidade entre as diferentes etapas seja de responsabilidade de uma única contratada.

2. Mitigação de Conflitos e Responsabilidade Civil:

O parcelamento criaria zonas cinzentas de responsabilidade. Caso o objeto fosse segmentado, eventuais patologias ou atrasos poderiam gerar o fenômeno da "culpa cruzada", onde uma empresa atribui a falha à execução da outra. O lote único centraliza a responsabilidade técnica e civil, facilitando a cobrança por garantias e correções, protegendo o erário de disputas judiciais e administrativas complexas.

3. Eficiência Administrativa e Gestão de Contratos:

A gestão de múltiplos contratos para uma mesma unidade escolar elevaria o custo operacional da fiscalização de forma insustentável. Com uma única contratada, a Administração simplifica o fluxo de comunicações, a gestão de riscos e a coordenação do canteiro de obras, garantindo que o cronograma, crítico devido ao recesso escolar, não sofra com a falta de sincronia entre diferentes fornecedores.

4. Atratividade e Viabilidade Econômica:

Conforme demonstrado no Levantamento de Mercado, a fragmentação resultaria em itens de baixo valor, desinteressantes para empresas com a qualificação técnica exigida (formação SENAI, histórico de obras complexas). O não parcelamento preserva a economia de escala e garante que o certame atraia proponentes robustos, capazes de suportar os custos de mobilização e as exigências de desempenho aqui estabelecidas.

VIII – Contratações correlatas e/ou interdependentes.



A execução plena do objeto depende de ações coordenadas da Administração, que atuam como condicionantes para o sucesso do cronograma físico-financeiro. Foram identificadas as seguintes interdependências e obrigações da Contratante:

1. Disponibilização de Projetos e Definição de Demandas:

A principal interdependência reside na entrega tempestiva dos projetos executivos, memoriais e planilhas por parte da equipe técnica da Contratante. Embora a maioria dos projetos já esteja concluída ou em fase final de ajustes, a agilidade na liberação desses documentos é o requisito fundamental para a emissão das Ordens de Serviço (OS) e o início das frentes de trabalho.

2. Liberação de Áreas e Infraestrutura de Apoio:

É responsabilidade da Contratante garantir o livre acesso às unidades escolares e providenciar as condições de contorno necessárias para a execução segura dos serviços, tais como:

Desenergização de locais: Coordenação junto às unidades e, se necessário, concessionárias, para desligamentos programados que permitam intervenções nas redes elétricas.

Isolamento de áreas: Gestão do espaço escolar para garantir a segregação entre o canteiro de obras e a comunidade acadêmica, quando houver execução em contraturno.

3. Gestão do Calendário Acadêmico (Janela de Oportunidade):

A execução dos serviços é estritamente dependente do cronograma letivo. A estratégia de contratação foi desenhada para concentrar o maior volume de intervenções nos períodos de recesso escolar. Caso as intervenções avancem para o período letivo, a interdependência se dará com a gestão das unidades para garantir a execução em contraturno, sem prejuízo às atividades pedagógicas.

4. Coordenação da Fiscalização:

Não foram identificadas contratações externas interdependentes (como gerenciadoras ou outras empreiteiras no mesmo local), o que simplifica a coordenação. O sucesso da solução depende, portanto, exclusivamente da eficiência do fluxo interno de aprovação de projetos e da fiscalização direta da Administração, assegurando que o ritmo da contratada acompanhe a janela de oportunidade do calendário acadêmico.

IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, observadas as disposições do artigo 16 do Decreto nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

A Contratação está prevista no PCA, sob os códigos 310/311/314 (DFD), que contemplam reformas diversas a serem realizadas no Edifício Principal e Ed. Bloco de Serviços. As primeiras com recursos provenientes do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino da Graduação.

X – Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos materiais e financeiros disponíveis.

1. Economicidade e Eficiência Financeira

Ganho de Escala: Ao agrupar os projetos, a Administração aumenta o poder de negociação e atratividade do certame, obtendo preços unitários mais competitivos em comparação a múltiplas licitações de pequeno vulto, que historicamente sofrem com sobrepreço por baixa participação.

Redução de Custos Indiretos: A unificação do certame reduz drasticamente o custo processual. Estima-se que o custo administrativo de uma única licitação robusta seja significativamente inferior ao somatório de processos fragmentados.



2. Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos

Otimização da Fiscalização: Com um único contrato e uma única interlocutora, a equipe de engenharia da Administração centraliza a gestão. Isso evita a dispersão de fiscais em diversos contratos simultâneos com empresas diferentes, permitindo um controle mais rigoroso da qualidade e do cronograma.

Sincronia com Equipe Própria (Elétrica): A gestão unificada facilita o alinhamento entre a contratada e os servidores da casa. O resultado pretendido é a consolidação das frentes de trabalho: a empresa libera a infraestrutura civil e a equipe própria executa a parte elétrica sem atrasos ou descompasso de cronograma causados por terceiros.

3. Eficiência Material e Operacional

Continuidade e Aproveitamento de Janelas: O maior resultado pretendido é o cumprimento rigoroso do cronograma no recesso escolar. A solução permite que, assim que um projeto em desenvolvimento seja concluído, a execução comece imediatamente via Ordem de Serviço, sem a necessidade de novos ritos licitatórios que fariam a Administração perder a janela de oportunidade.

Qualidade Técnica e Redução de Retrabalho: Ao exigir mão de obra certificada (SENAI) e evitar a precarização, o resultado esperado é uma execução bem qualificada, reduzindo custos futuros com manutenção corretiva e garantindo a durabilidade do patrimônio público escolar.

4. Mitigação de Riscos de Inexecução

Atratividade para Empresas Consolidadas: O vulto do contrato atrai empresas com saúde financeira e portfólio comprovado.

XI – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

1. Logística e Adaptação de Ambiente (Canteiro de Obras):

Liberação de Espaços: Identificação e desocupação prévia das áreas de intervenção em cada unidade escolar, garantindo que o cronograma de demolições não sofra atrasos por movimentação de mobiliário escolar.

Guarda de Materiais e Ferramentas: Definição e disponibilização de locais seguros (salas ou depósitos isolados) dentro da unidade para o armazenamento de insumos e ferramentas da contratada, visando substituir canteiros externos que, historicamente, apresentam baixa funcionalidade no contexto escolar.

Bem-Estar da Equipe: Designação de áreas específicas para descanso e realização de refeições dos trabalhadores da contratada, garantindo condições dignas de trabalho e isolamento adequado em relação ao fluxo de alunos e funcionários.

2. Licenciamento e Autorizações Internas:

Alinhamento com chefias de setores envolvidos: Formalização junto às chefias da unidade sobre o cronograma de obras, estabelecendo protocolos de acesso de pessoal e veículos, bem como as janelas de interrupção de utilidades (água/energia).



Emissão de Ordens de Serviço (OS): Finalização e revisão técnica dos projetos remanescentes para que as frentes de trabalho sejam liberadas em lotes sequenciais, evitando a ociosidade da contratada.

3. Capacitação e Gestão da Fiscalização:

Designação de Fiscais e Gestores: Nomeação formal dos servidores responsáveis pela fiscalização técnica e administrativa, observando o princípio da segregação de funções.

Alinhamento de Equipes (Interna e Contratada): Realização de reunião técnica prévia com a equipe de engenharia da Administração (especialmente a equipe própria de elétrica) para alinhar a interface dos serviços, garantindo que as intervenções da contratada não gerem retrabalho para os servidores da casa.

Treinamento em Segurança: Orientação dos fiscais sobre os requisitos de verificação das certificações técnicas da equipe da contratada (SENAI) e dos comprovantes de destinação de resíduos (Gesso/Inertes), conforme exigido no termo de referência.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

1. Gestão de Demolições e Resíduos:

Demolição Seletiva: A contratada deverá adotar práticas de demolição que facilitem a triagem dos materiais na fonte. O objetivo é evitar a mistura de resíduos de diferentes classes, maximizando o potencial de reciclagem.

Segregação do Gesso e Inertes: Especial atenção será dada à separação dos resíduos de gesso e outros materiais inertes. Por ser um material que exige destinação específica (Classe C), o gesso não poderá ser misturado ao entulho comum, devendo ser acondicionado e destinado a aterros licenciados ou unidades de reciclagem de gesso, conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002.

Comprovação de Destinação: A liberação das medições ficará condicionada à apresentação dos comprovantes de entrega de resíduos (CTR) em áreas de transbordo e triagem (ATT) ou aterros devidamente licenciados pelos órgãos ambientais.

2. Especificação de Insumos Sustentáveis:

Baixo Impacto Ambiental: O planejamento das etapas prioriza a especificação de materiais com selos de sustentabilidade, como tintas de base imobiliária com baixo índice de Compostos Orgânicos Voláteis (VOCs) e argamassas/rejuntas de fabricantes que comprovem práticas de redução de danos ambientais.

Madeira Certificada: Toda e qualquer madeira utilizada (seja em estruturas definitivas ou em fôrmas e escoramentos temporários) deverá possuir certificação de origem (Documento de Origem Florestal - DOF), garantindo que não provém de desmatamento ilegal.

XIII – Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante dos elementos técnicos e econômicos detalhados neste Estudo Técnico Preliminar, manifestamo-nos pela total adequação e viabilidade da contratação de serviços comuns de



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

engenharia para adequação de uso e acabamento de ambientes construídos, nos moldes propostos.

A solução escolhida consolida itens de serviço interdependentes em um certame unificado por Pregão Eletrônico e demonstra ser a alternativa mais vantajosa para o atendimento da necessidade pública, fundamentando-se nos seguintes pilares:

Entrega de Resultados e Adequação de Uso: A contratação não se destina ao suprimento de tarefas avulsas, mas sim à execução de serviços comuns de engenharia voltados à entrega de ambientes prontos e operacionais. O agrupamento de itens de acabamento e adequação garante a responsabilidade técnica única sobre o resultado final, evitando conflitos de interface e a precarização técnica que ocorreria em licitações fragmentadas;

Qualificação Técnica e Segurança: A exigência de profissionais com formação certificada (SENAI/Escolas Técnicas) e vínculo formal assegura o cumprimento de padrões normativos rigorosos, mitigando riscos de inexecução em ambientes sensíveis como o escolar;

Eficiência e Sincronia Operacional: A estratégia permite a otimização da fiscalização e o alinhamento tempestivo com a equipe própria de elétrica, garantindo que as intervenções de engenharia civil e acabamento ocorram dentro da janela crítica do recesso escolar;

Economicidade e Atratividade: O modelo promove ganho de escala e reduz o custo administrativo processual, atraindo empresas com robustez operacional compatível com a agilidade exigida pela Administração.

Portanto, declaro que a solução proposta é a que melhor atende ao interesse público, garantindo a padronização construtiva, a segurança jurídica e a funcionalidade dos espaços escolares, com o melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis.

APÊNDICE - MEMORIAL DESCRITIVO

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, compreendendo intervenções padronizáveis de pequeno e médio porte para execução/demolição de alvenarias, painéis, revestimentos, forros, pisos, acabamentos e esquadrias, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, mediante o Sistema de Registro de Preços.

2. PRAZO DE ENTREGA, CONCOMITÂNCIA E CONTRATAÇÃO MÍNIMA

O prazo padrão para execução de cada demanda será de 30 dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) vinculada ao respectivo empenho. Casos excepcionais de incompatibilidade técnica (ex: grandes metragens) poderão ter cronogramas pactuados previamente entre a Contratada e a Fiscalização, respeitando-se os limites orçamentários. A Contratada deverá ter capacidade técnica para manter até 03 (três) frentes de trabalho



simultâneas em edificações distintas, sem que o atraso em uma frente justifique o descumprimento do cronograma das demais. Cada frente de trabalho deve ser dotada de equipe e equipamentos próprios, garantindo a produtividade necessária para o cumprimento do prazo de 30 dias em cada local. Cada OS deverá contemplar uma área mínima de intervenção de **50m²** ou um conjunto de serviços cujo valor total seja compatível com a viabilidade logística de mobilização. A Administração buscará consolidar intervenções em uma mesma edificação ou região para otimizar o deslocamento da contratada, salvo em casos de urgência devidamente justificados.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1. SISTEMAS DE FORROS

A Contratada deverá fornecer e instalar os sistemas de forro conforme as tipologias abaixo, utilizando materiais de referência ou equivalente técnico:

Material / Tipologia	Dimensões (mm)	Espessura	Referências
Poliestireno (EPS) - Autoextinguível	1250 x 625	20 mm	Isorecort, Knauf, Termotécnica
Fibra Mineral (NRC >= 0,65)	1250x625 / 625x625 (tegular)	15 mm	Armstrong (Scala), OWA (Bolero), Knauf (AMF)
Gesso Acartonado (Drywall) Standard (ST)	Chapas 1200x1800+	12,5 mm	Knauf, Gyproc (Saint-Gobain), Placo

3.2. PAREDES E PAINÉIS

3.2.1. DIVISÓRIAS DE DRYWALL

3.2.1.1. CHAPAS

Medidas/Uso: (1,20m x 2,40m x 12,5mm): ST, RF (Resistência ao fogo/ rosa) e RU (Resistência à Umidade).

Estrutura: Perfis de aço galvanizado (guias e montantes) e parafusos específicos.

Isolamento: Lã de PET, 50mm, densidade 32kg/m³ e banda acústica periférica.

Acabamento: Fita microperfurada, fita com reforço metálico de quinas e massa para rejunte do mesmo fabricante das chapas.

3.2.1.2. PERFIS



A Contratada deverá selecionar o montante e a modulação conforme o pé-direito da edificação, respeitando os limites da **NBR 15758-1**. Serão adotadas chapas simples ou duplas, conforme o projeto a atender:

Perfil (Montante)	Espaçamento (Eixo)	Altura Limite	Indicação
48 mm	600 mm	Até 2,60 m	Áreas com pé-direito baixo
48 mm	400 mm	Até 2,90 m	Reforço para 48mm
70 mm	600 mm	Até 3,25 m	Padrão
70 mm	400 mm	Até 3,65 m	Pé-direito de 3,60m

3.2.2. ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO

Material: Blocos de concreto vazados, padronizados, classe B (resistência $\geq 4,0$ MPa), com arestas íntegras para permitir a aplicação direta de gesso liso. Medidas: 14x19x39cm para paredes de espessura 140mm.

Encunhamento: com tijolo maciço e argamassa industrializada.

3.2.3. DIVISÓRIAS DE LAMINADO MELAMÍNICO ESTRUTURAL DE ALTA PRESSÃO (TS) OU DE FIBRA DE MADEIRA DE MÉDIA DENSIDADE (MDF)

Sistema autoportante de alta densidade, compatível com o existente, resistente a impactos e com baixa espessura para otimização de layout.

Acústica: O sistema deve garantir atenuação sonora compatível com ambientes corporativos/hospitalares (mínimo de 35dB a 38dB).

Ferragens e Portas: Portas em madeira maciça ou estruturada com a mesma espessura do painel (35/40mm), batentes de alumínio com borracha de vedação acústica perimetral e fechaduras tipo "escritório". Bandeiras fixas inclusas.

Segurança e Higiene: Material 100% hidrófugo, imune a fungos e bactérias, com superfície não porosa de fácil limpeza.

Componente	Especificação Técnica	Referências
Painéis	Placas duplas de MDF Ultra/TS (6mm), revestimento melamínico bx. pressão (BP)	Neocom, Divisystem, Abatex



Miolo (Isolamento)	Preenchimento interno em lã de PET ou lã de rocha (densidade $\geq 40 \text{ kg/m}^3$)	Rockwool, Isover, Trisoft, Ecofiber
Estrutura	Perfis de alumínio extrudado anodizado ou pintura eletrostática	-

3.3. REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS

3.3.1. PLACA CERÂMICA

Tipo: Placa cerâmica esmaltada, Classe BIIb ou superior (conforme NBR 13818).

Dimensões: Entre $0,15 \text{ m}^2$ e $0,25 \text{ m}^2$ de área garantindo alta produtividade.

Acabamento: Superfície lisa ou acetinada, com bordas retificadas.

Requisito Específico: Resistência química a produtos de limpeza domésticos e resistência a manchas (Classe 5).

Assentamento: Com argamassa colante, classificação AC-II (no mínimo) ou AC-III para áreas de box com vapor constante. Propriedades de alta aderência e resistência à umidade. Deve ser industrializada e preparada com mistura mecânica para garantir a homogeneidade. Deve ser aplicada em dupla camada para peças $> 900\text{cm}^2$, consumo estimado de 7 a 8 kg/m^2 .

Rejuntamento: Com utilização de rejunte resinado ou aditivado (Tipo II conforme NBR 14992), impermeável, com proteção antifungo e antimoho, essencial para banheiros sem ventilação.

Acessórios e componentes: Adotar espaçadores Plásticos: Tipo "cruzeta" com espessura de 5mm (ou conforme fabricante), garantindo o alinhamento perfeito e a absorção de dilatações térmicas.

Cantoneiras: Perfil de acabamento em alumínio anodizado para proteção de cantos vivos em encontros de paredes e peitoris.

Selante: Aplicação de selante à base de poliuretano (PU) ou silicone acético nos encontros com bancadas e bases de chuveiro para evitar infiltrações.

Ref.: Eliane, Embramaco e Portobello.

3.3.2. AZULEJO CERÂMICO PARA REVESTIMENTO INTERNO (BIII).

Dimensões: $15 \text{ cm} \times 15 \text{ cm}$ (nominal).

Referência de Qualidade: Resistência química e à umidade compatível com ambientes sanitários.

Argamassa: Tipo AC-II, para uso interno em áreas molhadas.

Rejunte: Base cimentícia aditivada com fungicida, na cor idêntica à existente.



Acabamento: Conforme padrão existente, devendo ser conferida a espessura exata para compatibilidade com o rejunte atual. Instalar proteção de quina nos encontros, perfil 3/8"x1/8".

3.3.3. SOLEIRAS E TRANSIÇÕES

Granito: Rocha natural, cinza andorinha, espessura de 20mm. Acabamento polido.

Granilite: Executada com mistura de cimento (branco ou cinza), agregados minerais e pigmentos. Acabamento polido mecanicamente com aplicação de selador hidrofugante. Peça pré-moldada, com armadura.

Fita de PVC: Perfil de transição rígido com largura de 1" (25mm), cor compatível com o piso, alta resistência mecânica e à abrasão.

3.3.4. RODAPÉS (ALTURA H = 10,0 CM)

Rodapé de Granilite: Espessura delgada de 30 mm, acabamento polido e selado. Especificado para composição com divisórias duplas.

Rodapé Vinílico (Fita): Perfil flexível em PVC tipo fita, para aplicação em áreas com piso vinílico. Acompanha obrigatoriamente suporte de canto (acabamento de quina) do mesmo fabricante.

Insumos de fixação: Argamassa: Tipo AC-II (no mínimo) para soleiras de granito e de granilite e adesivo de contato de alto desempenho para rodapés vinílicos.

3.4. SISTEMAS DE PISOS

O fornecimento compreende o sistema completo (piso, colas, argamassas, rejuntas e acessórios), conforme especificação e aplicação definida em projeto:

Tipologia de Piso	Formato / Dimensão	Espessura / Requisito	Referências
Vinílico em Placas	300 x 300 mm (Mínimo)	≥ 2,5mm (Capa uso ≥ 0,5mm)	Tarkett, Eucafloor, Durafloor
Vinílico em Manta	Rolos 2,0 x 20 ou 25 m	2,0 mm (Homogêneo)	Tarkett, Forbo, Gerflor
Porcelanato Técnico	900 x 900 mm	≥ 10 mm, Abs. ≤ 0,1% Antiderrapante/PEI 5	Portobello, Eliane, Cecrisa
Epóxi	Autonivelante	2 a 4 mm (À base d'água)	Weber, Basf, Sherwin-Williams



Granilite	Panos máx. 1,20x1,20m	12 mm (Selagem em PU), juntas 2mm	Casa do Granilite, Revestman e Granidomus
------------------	--------------------------	-----------------------------------	---

3.5. CAIXILHARIA E SERRALHERIA

3.5.1. CAIXILHOS DE ALUMÍNIO REFORÇADO (BASCULANTE/FIXO)

Linha e Espessura: Utilização de perfis de alumínio extrudado da Linha 40 (ou superior). Os perfis devem ser reforçados, com espessura mínima de parede de 2,0mm a 2,5mm, garantindo resistência a deformações mecânicas e ao uso intensivo em ambiente escolar.

Tratamento: Anodização ou Pintura Eletrostática de alta resistência a riscos.

Aba Pingadeira Superior (Proteção de Topo): Instalação obrigatória de aba pingadeira de alumínio na parte superior externa do requadro. Este perfil deve possuir inclinação negativa e projeção mínima de 30mm em relação à face da esquadria, para desviar a água que escorre pela fachada, impedindo a entrada de fluxo hídrico quando o basculante estiver em posição de ventilação.

Pingadeira Inferior: Perfil inferior com câmara de drenagem interna e saídas de água com capas protetoras, garantindo que qualquer umidade residual seja expelida para o exterior.

Vedação Perimetral: Borrachas em EPDM de alta densidade em todo o perímetro de contato entre folha e marco, garantindo vedação contra ruído e vento.

Articulação e Fechamento: Maçanetas/manoplas reforçadas e eixos de rotação (pivôs) dimensionados para o peso do conjunto.

Controle de Abertura (Pistão): Instalação de pistões hidráulicos ou braços limitadores com freio, regulados para evitar que a folha basculante bata violentamente no fim do curso de abertura ou fechamento, prevenindo acidentes e danos à estrutura.

Contramarco: Aparafusado e com selagem em poliuretano (PU) de alta performance em todo o contorno da alvenaria.

3.6. CAIXILHARIA DE FERRO

Cantoneiras e perfis em T de aço carbono, com tratamento anticorrosivo (galvanização a frio ou primer epóxi) antes da pintura final.

Baguetes Metálicas: Substituição da massa de vidraceiro tradicional por baguetes metálicas parafusadas ou de encaixe, visando facilitar a manutenção (a massa de vidraceiro tende a ressecar e trincar, sendo hoje preterida por baguetes com filete de silicone neutro).

Nota: Caso opte pela massa por questões estéticas/restauro, deve ser massa de vidraceiro com secagem lenta. Adotar ferragens de articulação robustas, compatíveis com o peso do conjunto, com amortecedores de impacto.



3.7. VIDROS E ACABAMENTO:

Fixação (Manutenção Ágil): Utilização de baguetes de alumínio internas de encaixe rápido. Em caixilhos de ferro (se houver), substituir massa de vidraceiro por baguetes metálicas ou filetes de silicone estrutural para facilitar a troca do vidro.

Vidros: Espessura mínima de 5mm, entregues com película de poliéster de alta resistência (G5, G20 ou Blackout/Preta), conforme a necessidade de cada sala.

3.8. PORTAS DE MADEIRA

3.8.1. FOLHA DA PORTA

Modelo: Porta de madeira do tipo maciça ou sólida (padrão externo), mesmo quando instalada em ambientes internos, para garantir resistência mecânica a impactos e maior durabilidade.

Visor: Abertura para visor de vidro conforme dimensões de projeto. O vidro deve ser incolor, com espessura mínima de 5mm. Sua instalação deve ser feita com baguetes de madeira fixadas com pinos de aço sem cabeça.

Acabamento: A porta deve ser entregue pintada (tinta esmalte sintético de alta resistência ou fundo preparatório mais acabamento final), em conformidade com a paleta de cores da edificação.

3.8.2. BATENTES E VEDAÇÃO ACÚSTICA

Guarnição/Alizar: Instalação conforme o padrão da edificação existente. Onde não houver previsão de guarnição, o batente deve possuir acabamento perfeito com a alvenaria.

Vedação Termoacústica: Instalação de perfil de borracha perimetral (amortecedor de impacto e ruído) inserido em fresa própria no batente. O sistema deve garantir o fechamento hermético e silencioso, impedindo a passagem de som e batidas secas da folha contra o marco.

3.8.3. PORTAS DE FOLHA DUPLA

Tapa-fresta: Instalação de batedor/alizar vertical (tapa-fresta) fixado na folha de serviço, no sentido da abertura, para garantir a vedação entre as folhas.

Fecho de Unha: A folha inativa deve possuir fecho de unha (embutido ou sobreposto) na parte inferior.

Fixação de Piso: A ferragem de recepção do pino do fecho (contra-fecho) deve ser obrigatoriamente fixada/chumbada ao piso, garantindo o travamento rígido da folha passiva.

3.8.4. FERRAGENS E SEGURANÇA:

Dobradiças: Instalação de, no mínimo, 3 (três) unidades por folha, em aço inoxidável ou ferro reforçado (conforme padrão local), dimensionadas para suportar o peso da porta maciça sem ceder.

Fechadura e Maçaneta: Conjunto de fechadura Padrão 55mm (Perfil Largo), com cilindro e chaves.

Maçaneta obrigatoriamente do tipo alavanca (ergonomia e acessibilidade), em metal resistente.



4. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

4.1. SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO

Responsabilidade Técnica: Execução sob supervisão de profissional habilitado, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) específica.

Instalações Elétricas (NR 10): Antes do início, toda a rede elétrica da área deve ser desenergizada e bloqueada. Caso haja necessidade de energia provisória, esta deve ser isolada e identificada.

Proteção Coletiva: Uso obrigatório de dutos plásticos articulados para a descida de entulho, vedando a dispersão de particulados e a queda livre de materiais.

Controle de Poeira: Aspersão constante de água em materiais que gerem fuligem durante a quebra.

Gestão dos Resíduos: Toda a logística e custos de remoção dos resíduos deverá ser realizada pela contratada. Custos inclusos no BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

4.2. ESCOPO DOS SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO

Alvenarias: Demolição manual ou mecânica, iniciando-se de cima para baixo.

Pisos/revestimentos cerâmicos e base de regularização: Remoção completa do revestimento e da base de argamassa/regularização existente, garantindo a exposição da laje/substrato para a execução do novo acabamento. O fundo deve ficar limpo e rugoso.

4.3. ESCOPO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO

Caixilhos: Remoção cuidadosa de esquadrias (alumínio, ferro ou madeira), incluindo batentes e chumbadores, com posterior regularização do vão.

Divisórias de Drywall e Gesso Acartonado: Desmonte das chapas e posterior desmonte da estrutura galvanizada. Proibido o tombamento de painéis inteiros.

Divisórias de Laminado: Desmonte cuidadoso dos painéis e perfis, visando a organização para descarte ou reaproveitamento (se previsto).

Forros (Modulares e Gesso): Remoção das placas/painéis e de todo o sistema de suspensão (perfis, tirantes e arames).

Luminárias e Infraestrutura: Retirada de luminárias, reatores, eletrocalhas, perfilados e fiação desativada, respeitando rigorosamente os procedimentos da NR

4.4. GESTÃO DE RESÍDUOS E LOGÍSTICA

Segregação na Origem: Os materiais devem ser separados por classe (conforme CONAMA 307) ainda no pavimento para otimizar o descarte.

Limpeza Diária: É vedado o acúmulo de entulho nos pavimentos de obra. Todo material deve ser ensacado ou transportado via dutos diretamente para as caçambas.



Caçambas Estacionárias: Locação e substituição imediata assim que atingirem o limite de carga, garantindo fluxo contínuo e evitando o depósito de entulho em áreas comuns ou vias públicas.

Transporte: Exigência de CTR (Controle de Transporte de Resíduos) emitido pelo transportador licenciado.

4.5. FORROS

4.5.1. FORROS MODULARES

Marcação e Nivelamento: A determinação da cota do forro deve ser realizada obrigatoriamente com nível a laser, garantindo a horizontalidade em toda a área.

Estrutura de Sustentação: É vedado o uso de arames galvanizados simples. A estrutura deve ser suspensa por pendurais rígidos com presilhas reguladoras de nível, fixados à laje por meio de pinos de aço ou buchas metálicas.

Paginação e Acabamento perimetral: Não serão aceitos recortes de placas modulares junto às paredes. O fechamento do perímetro deverá ser executado com moldura em chapa de gesso acartonado de 12,5 mm, criando um anteparo que receba a modulação inteira.

Transição e Estética: A junção entre o gesso perimetral e a alvenaria deve ser executada com perfil metálico tipo "tabica" para ocultar juntas de dilatação entre parede e forro e permitir modulações com placas inteiras. Para as placas de fibra mineral 625x625mm, a borda deve ser do tipo rebaixada.

Travamento Antiflutuante: Todos os módulos devem possuir cliques de fixação para evitar o deslocamento das placas por pressão de ar ou vento.

4.5.2. FORRO DE GESSO (DRYWALL)

Instalação: Estrutura em perfis de aço galvanizado, espaçados conforme normas do fabricante, com tratamento de juntas utilizando fita de papel microperfurado e massa específica para Drywall.

Acabamento (Emassamento): Após a secagem das juntas, toda a superfície do forro deverá receber emassamento completo (massa corrida de PVA ou acrílica, conforme o ambiente) em duas demãos ou quantas forem necessárias para atingir uma superfície perfeitamente plana, sem ondulações ou rebarbas.

Pintura: Aplicação de selador acrílico e duas demãos de tinta látex acrílico premium (referências: Suvinil, Coral ou Sherwin-Williams), com acabamento fosco.

Normas, Segurança e Sustentabilidade: O EPS deve ser Tipo F (Autoextinguível) e todos os materiais devem atender à IT-10 do Corpo de Bombeiros quanto ao Controle de Materiais de Acabamento (CMAR). Devem ser isentos de formaldeído e não emitir gases tóxicos sob combustão.

Sustentabilidade: Preferência por materiais com certificação de sustentabilidade (ex: selo verde) e comprovada reciclabilidade pós-uso.



Aceitação: A fiscalização verificará o esquadro a cada 10 m². Não serão admitidas folgas entre módulos, sujeira, marcas de dedos ou arqueamento.

4.6. PAREDES E PAINÉIS

4.6.1. DIVISÓRIA DE DRYWALL

Marcação: Traçar o alinhamento no piso e transferir para o teto/laje com prumo ou laser, prevendo vãos de portas.

Perímetro e Vedação: Aplicar banda acústica em todas as guias e montantes que toquem a estrutura (piso, teto e paredes laterais).

Fixação das Guias: Fixar mecanicamente (parafuso/bucha ou fincapino) no piso e teto a cada 60 cm (máximo).

Montagem dos Montantes: Cortar os perfis com folga de 5 a 10 mm em relação ao pé-direito. Posicionar verticalmente nas guias conforme a modulação da tabela acima. Verificar o prumo antes do plaqueamento.

Lajes Nervuradas: Nos locais com laje nervurada, a placa e a lã de rocha devem ser recortadas e instaladas até o fundo da nervura (topo), garantindo selagem acústica e visual total.

Plaqueamento: As chapas devem ter altura 1 cm menor que o pé-direito, mantendo um vão de 7 a 10 mm em relação ao piso para evitar umidade. Fixar com parafusos a cada 25-30 cm. As vedações em drywall serão executadas obrigatoriamente com chapeamento duplo em ambas as faces. A primeira camada de placas (interna) deverá ser do tipo RU, instalada a partir do piso bruto, servindo como base de colagem para o rodapé. A segunda camada de placas (externa) deverá ser interrompida a uma altura de 100mm em relação ao piso acabado, criando um nicho para o embutimento do rodapé pré-moldado de granilite (e = 25mm, com variação +-5mm). O rodapé será colado diretamente sobre a chapa RU, de modo que a espessura aparente final do elemento seja de apenas 7,5mm a 12,5 mm em relação ao plano da parede acabada, garantindo a proteção contra umidade por capilaridade e um acabamento estético refinado.

Tratamento de Juntas: Aplicar fita microperfurada e massa em todas as uniões. Nas quinas externas, usar fita com reforço metálico ou cantoneira metálica.

4.6.2. ALVENARIA

Reforço Estrutural (Antifissuras): É obrigatória a instalação de telas de reforço em todas as interfaces entre a alvenaria e a estrutura de concreto (pilares e vigas), bem como nos cantos de vergas e contravergas. A tela deve ser fixada com pinos ou grampos antes do revestimento, para absorver tensões e evitar patologias.



Execução: Assentamento com argamassa industrializada e encunhamento superior com poliuretano expandido ou tijolos inclinados, assegurando a estanqueidade e o travamento da parede.

4.6.3. PAINÉIS DE MDF OU TS

Nivelamento: Instalação obrigatória com pedestais de alumínio reguláveis para compensar eventuais desníveis do piso, evitando o contato direto do painel com a umidade de limpeza.

Modulação: A montagem deve permitir a desmontagem e remontagem (reutilização) em caso de futuras mudanças de layout, sem perda de material.

4.6.4. REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS

4.6.4.1. ASSENTAMENTO CERÂMICO - PAREDE

Preliminarmente realizar o preparo da superfície com retirada total do revestimento e argamassa antigos. A superfície deve ser limpa por raspagem/escovação até a eliminação total de pó e resíduos. O serviço só inicia após aprovação e teste de estanqueidade das redes de água e esgoto pela fiscalização. Deverá ser realizada verificação rigorosa de prumo e esquadro antes do início do assentamento. Para o assentamento cerâmico das peças com área superior a 0,15m² é obrigatório o uso de dupla camada. As peças devem ser assentadas secas, de baixo para cima, com pressão de martelo de borracha para esmagamento total dos cordões.

4.6.4.2. ASSENTAMENTO AZULEJOS

Remoção completa das peças soltas e da argamassa colante remanescente no emboço, até a exposição da base firme. Verificação das peças vizinhas. Peças que apresentarem som cavo devem ser removidas. Limpeza de poeira, gordura ou fungos. Se o emboço estiver esfarelado, deve ser tratado com fundo preparador ou refeito localmente. A argamassa deve ser aplicada com desempenadeira dentada, em camada simples. Devem ser usados espaçadores plásticos para continuidade das juntas horizontais e verticais com o revestimento antigo. Após 24h do assentamento, realizar a limpeza com esponja úmida para evitar manchas.

4.6.4.3. RODAPÉS

Rodapé de Granilite: Instalação embutida, posicionado abaixo da segunda placa de drywall e encostado na primeira placa, sobressalente no plano vertical.

Rodapé Vinílico: Aplicação com adesivo de contato em superfície seca e limpa, utilizando suportes de canto para evitar dobras ou frestas nas quinas.

Rodapé Técnico: Assentado sem recortes manuais, garantindo a uniformidade estética do ambiente.

4.6.4.4. SOLEIRAS

Dimensões: Devem cobrir toda a projeção do batente.



Desníveis: Em transições interno/externo, garantir desnível máximo de 5mm, com caimento leve voltado para a área externa.

Rejuntamento: As bordas de contato com o piso devem ser rejuntadas.

Após 24h da aplicação dos revestimentos e acabamentos, deve ser realizado teste de percussão para identificar se há peças soltas. O preenchimento da profundidade da junta de assentamento deve ser realizado após essa verificação, precedido pela substituição das peças soltas, se houver. O excesso de material resultante da aplicação do rejuntamento deve ser limpo imediatamente. Para melhor realização das tarefas recomenda-se a utilização das ferramentas: Cortadora de cerâmica com vídia de tungstênio, trilhos reforçados para o comprimento de 55 cm, corte reto e sem lascamento do esmalte; serra mármore com disco diamantado de banda contínua (corte úmido) para recortes em "L" e furos de tubulações; desempenadeira dentada com lâmina de aço com dentes de 8x8 mm ou 10x10 mm e martelo de borracha, modelo branco para não manchar o azulejo.

4.7. PISOS

4.7.1. PISOS VINÍLICOS E MANTAS

Aclimação: As mantas e placas devem permanecer no local da instalação por no mínimo 24 a 48 horas antes do assentamento, desenroladas ou empilhadas em local plano, para estabilização térmica e dimensional.

Preparo da Base: O contrapiso deve estar rigorosamente limpo, seco (umidade < 2,5%) e nivelado com argamassa autonivelante.

Instalação e Rodapés: Deve-se prever folga perimetral junto às paredes para o encaixe do rodapé com "suporte de canto curvo" ou rodapé em rolo, garantindo a continuidade e facilidade de limpeza (padrão hospitalar/sanitário).

4.7.2. PORCELANATOS DE GRANDE FORMATO (90X90)

Assentamento: Utilizar juntas de dessolidarização perimetrais para permitir a movimentação estrutural e posterior cobertura pelo rodapé.

Colagem: Seguir a recomendação do fabricante. Caso não haja exigência de dupla colagem, garantir o esmagamento dos cordões de argamassa para evitar vazios.

Proteção de Bordas: Aplicar fita crepe ou produto protetivo nas bordas das peças antes do rejuntamento, evitando manchas ou a abrasão pelo material cimentício.

Rejuntamento: Utilizar obrigatoriamente rejunte impermeável tipo epóxi ou ultra-flexível, garantindo o alinhamento perfeito dos eixos e o encunhamento adequado.

4.7.3. GRANILITE

Execução: Panos de 1,20m com juntas de 2mm e cura úmida da base por 07 dias.



Lixamento e Resíduos: A água residual do lixamento deve ser aspirada com equipamento adequado e descartada conforme normas ambientais, sendo proibido o descarte nos ralos ou rede de esgoto, sob risco de entupimento por decantação.

Selagem: Acabamento final obrigatório em Poliuretano (PU).

4.7.4. EPÓXI

Aplicação: Deve ser obrigatoriamente à base de água, visando a baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOC) e permitindo a execução em ambientes fechados sem interromper as atividades das áreas adjacentes devido ao odor.

Crítérios de Aceitação: Inexistência de "som cavo", bolhas em vinílicos ou fissuras no granilite; Conformidade da espessura do rejunte e planicidade da superfície; Comprovação do descarte adequado dos resíduos líquidos de lixamento.

4.7.5. INSTALAÇÃO DE SOLEIRAS

Dimensões e Posicionamento: A soleira deve possuir a largura exata da projeção do batente (marco) da porta. Deve ser assentada sobre base firme, garantindo preenchimento total de argamassa para evitar quebras por impacto.

Acessibilidade (NBR 9050): O desnível máximo permitido entre ambientes interno e externo é de 5mm. O caimento deve ser levemente voltado para a área externa.

Acabamento: As bordas de contato com o piso devem ser obrigatoriamente rejuntadas com material impermeável.

4.7.6. EXECUÇÃO DE RODAPÉS

Rodapé de Granilite (Embutido): Deve ser instalado de forma embutida, posicionado abaixo da segunda placa da divisória e perfeitamente encostado na primeira placa, garantindo o alinhamento do plano vertical.

Rodapé Vinílico: A superfície de aplicação deve estar totalmente seca e isenta de poeira. A fita deve ser colada com adesivo de contato, utilizando os suportes de canto nas viradas de parede para evitar descolamentos ou frestas.

Alinhamento: Todos os rodapés devem manter a altura constante de 7,0 cm e alinhamento horizontal rigoroso.

Limpeza e Entrega: Remoção imediata de excessos de argamassa ou adesivo. As soleiras de granilite e granito devem ser protegidas após a instalação para evitar manchas durante o restante da obra.

4.8. INSTALAÇÃO DE PORTAS DE MADEIRA

4.8.1. PREPARAÇÃO DOS VÃOS E VERGAS



Vergas: É obrigatória a execução de vergas de concreto armado no topo dos vãos. A ferragem deve ultrapassar a largura do vão em 20% de cada lado para distribuir cargas e prevenir trincas nos cantos superiores.

Requadro: O vão deve estar devidamente rebocado, aprumado e esquadrejado antes da instalação do conjunto.

4.8.2. FIXAÇÃO E MONTAGEM

Sequência: A instalação ocorrerá em duas etapas: primeiro a fixação do batente (marco) e, somente após a cura total do material de fixação, a instalação da folha da porta, garantindo a manutenção do esquadro.

Alvenaria Convencional: A fixação será feita por chumbamento com argamassa estrutural (ou buchas de alto desempenho), garantindo estanqueidade e rigidez.

Drywall: A fixação deve utilizar espuma expansiva de poliuretano (específica para portas), aplicada em pontos estratégicos ou em todo o perímetro, conforme projeto, garantindo o preenchimento dos vazios entre o batente e o montante do drywall.

4.8.3. ACABAMENTOS E ARREMATES

Soleiras e Rodapés: As guarnições (alisares) devem ser ajustadas com precisão junto à soleira e ao rodapé, sem frestas visíveis. O corte da base da porta deve prever a circulação de ar e a altura exata para não haver atrito com o piso acabado.

4.9. SERVIÇOS DE SERRALHERIA E CAIXILHARIA (FERRO)

4.9.1. PLANEJAMENTO DE SUBSTITUIÇÃO

Cronograma: A nova esquadria deve estar confeccionada e presente na obra antes da remoção da existente.

Fechamentos Temporários: A contratada deve prever fechamento provisório reforçado dos vãos, garantindo a segurança do imóvel.

4.9.2. SOLDAGEM E AJUSTES

Caso necessário, equipamentos de soldagem portáteis (inversoras) serão utilizados no local para ajustes finos e fixação de grapas.

5. NORMAS APLICÁVEIS

5.1. SISTEMAS DE FORROS (MODULARES E GESSO)

NBR 14285: Forros de PVC rígido – Requisitos e métodos de ensaio.

NBR 15758: Sistemas de chapas de gesso acartonado (Drywall) – Projeto e procedimentos executivos.

NBR 9442: Materiais de construção – Determinação do índice de propagação de chama.



5.2. SISTEMAS DE PISOS (VINÍLICOS, PORCELANATOS E GRANILITE)

NBR 14917: Revestimentos de pisos de granilite moldados *in loco*.

NBR 13753: Revestimento de pisos internos/externos com placas cerâmicas e porcelanatos.

NBR 14833: Revestimento de pisos laminados melamínicos (requisitos de tráfego).

NBR 15575-3: Desempenho – Requisitos para os sistemas de pisos.

5.3. PAREDES, PAINÉIS E DIVISÓRIAS (ALVENARIA, DRYWALL E TS)

NBR 14715: Chapas de gesso para Drywall – Requisitos e métodos de ensaio.

NBR 15575-4: Sistemas de vedações verticais internas e externas (Desempenho).

NBR 6136: Blocos vazados de concreto simples para alvenaria – Requisitos.

NBR ISO 140-3: Acústica – Atenuação para divisórias.

5.4. SUSTENTABILIDADE E SAÚDE OCUPACIONAL

Certificação FSC (Forest Stewardship Council): Garantia de origem de madeira/fibras de florestas manejadas (aplicável às divisórias e MDF).

Certificação LEED / Selo Verde: baixa emissão de VOC e atoxicidade.

NR-01: Programa de Gestão de Riscos

NR-06: Equipamento de Proteção Individual

NR-35: Trabalho em altura

NR-18: Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

5.5. ACESSIBILIDADE

NBR 9050 – Norma de Acessibilidade

6. CONDIÇÕES OPERACIONAIS E OBRIGAÇÕES GERAIS

6.1. HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados preferencialmente em dias úteis, no período das 07:00 às 17:00 horas, devendo ser concluídos conforme o cronograma estabelecido. O serviço poderá ser autorizado/exigido aos finais de semana e feriados, mediante alinhamento prévio.

6.2. DOCUMENTAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA

Antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá apresentar à gestão do contrato a relação da equipe e cópia do documento de vínculo trabalhista de todos os colaboradores. A Contratada deverá manter obrigatoriamente um encarregado no local durante a execução para interlocução com a fiscalização; orientação da metodologia de trabalho; correção de desconformidades; fiscalização do uso de EPIs e EPCs e garantia do cumprimento rigoroso do cronograma físico.

6.3. RECURSOS, EQUIPAMENTOS E SEGURANÇA (EPI/EPC)



Organização: A Contratada fornecerá toda a mão de obra qualificada, materiais, ferramentas, escadas e andaimes necessários. A higiene do trabalho deve ser mantida. Ferramentas e materiais não podem obstruir áreas de circulação.

Proteção: Mobiliários que permanecerem no local devem ser protegidos com lonas plásticas. O piso deve ser preservado com proteção tipo “salva-obra” (papelão de alta gramatura). Custos inclusos no BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

Segurança: Uso obrigatório de EPIs (Capacete, luvas, óculos, máscaras) e de EPCs (andaimes travados e sinalização), conforme o risco da tarefa (NR 06 e 18).

6.4. FISCALIZAÇÃO E CONFORMIDADE TÉCNICA

Caso a fiscalização identifique algum descumprimento contratual, os serviços serão paralisados para formalização de relatório técnico e notificação via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Os itens reprovados deverão ser refeitos integralmente às expensas da Contratada, sem direito a prorrogação do cronograma original e configurarão inexecução parcial do objeto, sujeitando a Contratada às sanções administrativas, sem prejuízo das penalidades por atraso injustificado decorrentes do retrabalho. A retomada das atividades dependerá de autorização do Gestor do Contrato, condicionada à correção das irregularidades. Nos termos da Matriz de Riscos e dos Arts. 103 e 155 a 158 da Lei nº 14.133/21, a responsabilidade da Contratada sobre os eventos é integral e qualquer aplicação de sanção será precedida de notificação para fins de contraditório e ampla defesa.

7. MATRIZ DE RISCOS E TABELA DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Risco Identificado	Impacto	Sanção	Multa (%)
Subdimensionamento de materiais	Alto (Risco Estrutural)	Multa + Refazimento	5% a 10% sobre o valor da etapa
Descumprimento de Normas de Segurança	Alto (Risco à Vida)	Advertência e Multa por ocorrência	1% a 2% do valor contratual por evento



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

Execução em desacordo com as NBRs ou TR	Médio (Comprometimento Técnico)	Multa + Correção	2% a 5% sobre parcela executada
Danos ao patrimônio não reparados (após o prazo de 5 dias úteis)	Médio	Multa + Reparo via terceiros (retenção direta)	Indenização integral + multa de 2%

02/04/2026

INSTITUTO DE FÍSICA DA USP

Orçamento Sintético Global

Serviços Comuns Taxa: LS: 88% / BDI: 20% / ADM: 9%
OBRA : de Engenharia
Serviços
ORÇAMENTO : Diversos
LOCAL : Diversos

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASS	UNID	QUANT	PREÇO(R \$)	P.TOTAL.(R \$)
0010 - SERVIÇOS	0010 - Serviços					
2	02. Serviços Iniciais					
2.102	Demolições					
02.102.000001.SER	Demolição de alvenaria de tijolo comum, com reaproveitamento	SER.C G	M3	60,00	164,69	9.881,40
02.102.000006.SER	Demolição de concreto com utilização de martelo rompedor pneumático	SER.C G	M3	10,00	1.053,69	10.536,90
02.102.000011.SER	Demolição de forro de estuque ou gesso em placas	SER.C G	M2	300,00	10,98	3.294,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

02.102.000021.SER	Demolição de piso cerâmico/granilite, inclusive retirada da camada de regularização sobre lastro de concreto com espessura até 3 cm	SER.C G	M2	120,00	38,43	4.611,60
02.102.000044.SER	Remoção de revestimento de piso vinílico	SER.C G	M2	500,00	24,70	12.350,00
02.502.000056U.SER D	Demolição de divisória em geral	SER.C G	M2	130,00	34,92	4.539,60
02.102.000046.SER	Demolição de revestimento de azulejo ou lambris	SER.C G	M2	200,00	6,86	1.372,00
97645 - SINAPI	Remoção de esquadria metálica sem reaproveitamento (0,80mx0,90m)	SER.C G	UN	30,00	28,17	845,10
02.102.000032.SER	Remoção de esquadria de madeira, inclusive batente (0,90mx2,10m)	SER.C G	UN	30,00	41,60	1.248,00
6	06. Alvenarias, fechamentos e divisórias					
6.101	Alvenarias					
06.101.000035.SER	Alvenaria estrutural com blocos de concreto 14 x 19 x 39 cm, classe B (4 MPa = resistência < 8 MPa), parede # 14 cm, juntas com 10 mm, com argamassa industrializada, inclusive encunhamento	SER.C G	M2	20,00	346,22	6.924,40
6.102	Fechamentos					
06.102.000010.SER	Divisória estruturada em perfil de alumínio duplo, com painel em laminado melamínico miolo maciço semi-	SER.C G	M2	245,00	468,84	114.865,80

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP**

	acústico e incombustível # 35mm					
06.102.000040U.SER	Parede de gesso acartonado simples interna, espessura final 100 mm, pé-direito máximo 3,15 m	SER.C G	M2	200,00	358,10	71.620,00
06.102.000045U.SER	Parede de gesso acartonado dupla interna, espessura final 125 mm, pé-direito máximo 3,75 m	SER.C G	M2	400,00	459,64	183.856,00
12	12. Esquadrias					
12.103	Janelas					
12.103.000500U.SER	Caixilho de alumínio sob encomenda, colocação e acabamento, basculante, com contramarcos. Linha 40 ou superior	SER.C G	UN	20,00	1.482,00	29.640,00
12.103.000500U.SER D	Caixilho de ferro sob encomenda, colocação e acabamento, basculante, com contramarcos.	SER.C G	M2	51,03	615,11	31.389,06
12.104	Portas					
06.102.000015U.SER	Porta para divisória estruturada em perfil de aço duplo, com painel em laminado melamínico e miolo maciço semi-acústico e incombustível # 35mm, inclusive ferragens e fechadura	SER.C G	UN	5,00	2.836,51	14.182,55

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP**

12.104.000060U.SER	Fornecimento e instalação de porta de madeira 0,90 x 2,10 m, externa com batente, guarnição e ferragens e fechadura, conforme projeto.	SER.C G	UN	20,00	1.636,33	32.726,60
12.104.000066U.SER	Fornecimento e instalação de porta de madeira 1,60 x 2,10 m, interna, duas folhas, com batente, guarnição, ferragens e fechadura, conforme projeto	SER.C G	UN	10,00	2.987,20	29.872,00
102154- SINAPI	Confecção e instalação de visor para porta de madeira com vidro liso incolor 5mm em porta de madeira, com baguete	SER.C G	UN	40,00	336,64	13.465,60
20	20. Revestimentos de superfícies					
20.103	Gesso					
20.103.000010.SER	Fornecimento e aplicação de gesso aplicado em parede ou teto interno - desempenado	SER.C G	M2	50,00	28,35	1.417,50
20.104	Chapisco e Reboco					
10.104.000030.SER/ 20.104.000010.SER	Fornecimento e aplicação de chapisco rolado com mistura de cimento e areia traço 1:3, com adição de adesivo sintético de alto desempenho. Reboco para parede interna ou externa # 0,5 cm com argamassa	SER.C G	M2	100,00	68,14	6.814,00

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP**

	pré-fabricada, base para epóxi, borracha clorada, massa corrida acrílica, colagem de laminados, etc.					
21	21. Forros					
21.101	Modulares					
	Instalação de forro modular, incluso, ferramentas e mão-de-obra	SER.C G	M²	700,00	26,48	18.536,00
21.101.000010.SER	Fornecimento de forro removível acústico de fibra mineral apoiados em perfis metálicos suspensos 625 x 625 mm, incluso material de instalação	MAT	CX	29,00	733,92	21.283,68
21.101.000020.SER	Fornecimento de forro removível acústico de fibra mineral apoiados em perfis metálicos suspensos 1250 x 625 mm, incluso material de instalação	MAT	CX	22,00	1.053,84	23.184,48
21.101.000020U.SER	Fornecimento de forro removível de isopor apoiado em perfis metálicos suspensos 1250x625mm	MAT	UN	252,00	77,10	19.429,20
21.102	Gesso					
21.102.000035.SER	Forro de Gesso - Sanca e reparos	SER.C G	M2	180,00	59,88	10.778,40
22	22. Pisos					
22.109	Cerâmicos					
22.109.000060U.SER	Fornecimento e instalação de porcelanato acetinado 90 x 90 cm assentado com	SER.C G	M2	100,00	380,37	38.037,00



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

	argamassa pré-fabricada de cimento colante - com mão de obra empreitada					
22.109.000070U.SER	Fornecimento e instalação de rodapé cerâmico assentado com argamassa pré-fabricada de cimento colante altura 100m	SER.C G	M	80,00	96,04	7.683,20
22.121	Epóxi					
22.121.000050.SER	Fornecimento e instalação de piso com revestimento à base de epóxi, duas demãos # 1,5 a 2,5 mm	SER.C G	M2	200,00	73,26	14.652,00
22.124	Granilite					
22.124.000040U.SER	Fornecimento e instalação de granilite para revestimento de piso moldado no local e/ou pré-moldado (soleira) Inclusive mobilização e desmobilização para cada 20m²	SER.C G	M2	65,00	293,41	19.071,65
22.124.000025.SER	Fornecimento e instalação de rodapé de granilite pré-moldado , assentado com argamassa mista de cimento, cal e areia. Medidas: 100x2000x3mm	SER.C G	UN	90,00	165,26	14.873,40
22.136	Pedras					
22.136.000160.SER	Fornecimento e instalação de soleira de granito natural de 15 cm de largura, assentado com argamassa mista de cimento, cal e areia	SER.C G	M	30,00	155,70	4.671,00

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP**

22.148	Vinílicos					
22.148.000060U.SER	Fornecimento e instalação de placa vinílica 30x30 cm, # >=2,5 mm, capa de uso >= 0,5, fixada com cola à base de neoprene	SER.C G	M2	300,00	322,83	96.849,00
22.148.000055.SER	Fornecimento e instalação de manta vinílica, 2 m x 20m, # >=2 mm, fixada com cola à base de neoprene (rolo 40m²)	SER.C G	UN	5,00	12.096,40	60.482,00
22.148.000065U.SER	Fornecimento e instalação de rodapé vinílico com 100mm de altura, fixado com cola à base de neoprene	SER.C G	M	280,00	105,53	29.548,40
23	23. Revestimentos de paredes					
23.102	Cerâmica					
23.102.000015U.SER	Fornecimento e assentamento de peças cerâmicas, especificação conforme memorial: 1. Revestimento cerâmico acetinado 0,15m² < área < 0,25m² e 2. Azulejo 15cmx15cm, assentadas com argamassa pré-fabricada de cimento colante e rejuntamento com rejunte impermeável	SER.C G	M2	400,00	220,46	88.184,00
23.101.000080U.SER	Cantoneira de alumínio para proteção de quinas (6mx3/8"x1/8")	SER.C G	UN	10,00	284,04	2.840,40
27	27. Vidros					



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

27.101.000060U.SER	Fornecimento e instalação de vidro cristal liso # 5 mm colocado em caixilho, com gaxeta de neoprene, inclusive película refletiva G20	SER.C G	M2	30,00	526,93	15.807,90
27.104.000100.SER	Fornecimento e instalação de vidro cristal laminado # 6 mm colocado em caixilho com gaxeta de neoprene	SER.C G	M2	30,00	1.221,65	36.649,50
TOTAL GERAL:					1.108.013,32	
Volare 25 - PINI						

ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL

Ao Instituto de Física da Universidade de São Paulo

Prezados Senhores,

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de V.sas., nossa Proposta Comercial, observada a descrição do objeto constante do Anexo I:

1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

CNPJ:

Endereço:

Site:

Nome do representante:

E-mail:

Fone:

Observação: Nos valores apresentados deverão estar incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. Não será admitida a proposta parcial, isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do item de interesse da Proponente.

2- OBJETO:

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MARCA	CATMAT	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Demolição de alvenaria de tijolo comum, com reaproveitamento, conforme memorial descritivo;	1627	M3	60,00		
02	Demolição de concreto com utilização de martelo rompedor pneumático, conforme memorial descritivo;	1627	M3	10,00		
03	Demolição de forro de estuque ou gesso em placas, conforme memorial descritivo;	1627	M2	300,00		
04	Demolição de piso cerâmico/granilite, inclusive retirada da camada de regularização sobre lastro de concreto com espessura até cm, conforme memorial descritivo;	1635	M2	120,00		
05	Remoção de revestimento de piso vinílico, conforme memorial descritivo;	1627	M2	500,00		
06	Demolição de divisória em geral, conforme memorial descritivo;	1627	M2	130,00		
07	Demolição de revestimento de azulejo ou lambris, conforme memorial descritivo;	1627	M2	200,00		
08	Remoção de esquadria metálica sem reaproveitamento (0,80mx0,90m), conforme memorial descritivo;	1627	UN	30,00		
09	Remoção de esquadria de madeira, inclusive batente (0,90mx2,10m), conforme memorial descritivo;	1627	UN	30,00		
10	Alvenaria estrutural com blocos de concreto 14 x 19 x 39 cm, classe B (4 MPa = resistência < 8 MPa), parede # 14 cm, juntas com 10 mm, com argamassa industrializada, inclusive encunhamento, conforme memorial descritivo;	1627	M2	20,00		
11	Divisória estruturada em perfil de alumínio duplo, com painel em laminado melamínico miolo maciço semi-acústico e Incombustível # 35mm, conforme memorial descritivo;	15814	M2	245,00		
12	Parede de gesso acartonado simples interna, espessura final 100 mm, pé-direito máximo 3,15 m, conforme memorial descritivo;	15814	M2	200,00		
13	Parede de gesso acartonado dupla interna, espessura final 125 mm, pé-direito máximo 3,75 m, conforme memorial descritivo;	15814	M2	400,00		

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP**

14	Caixilho de alumínio sob encomenda, colocação e acabamento, basculante, com contramarcos. Linha 40 ou superior, conforme memorial descritivo;	20117	UN	20,00		
15	Caixilho de ferro sob encomenda, colocação e acabamento, basculante, com contramarcos, conforme memorial descritivo;	20117	M2	51,03		
16	Porta para divisória estruturada em perfil de aço duplo, com painel em laminado melamínico e miolo maciço semi-acústico e incombustível # 35mm, inclusive ferragens e fechadura, conforme memorial descritivo;	602633	UN	5,00		
17	Fornecimento e instalação de porta de madeira 0,90 x 2,10 m, externa com batente, guarnição e ferragens e fechadura, conforme projeto, conforme memorial descritivo;	239315	UN	20,00		
18	Fornecimento e instalação de porta de madeira 1,60 x 2,10 m, interna, duas folhas, com batente, guarnição, ferragens e fechadura, conforme projeto, conforme memorial descritivo;	239314	UN	10,00		
19	Confecção e instalação de visor para porta de madeira com vidro liso incolor 5mm em porta de madeira, com baguete, conforme memorial descritivo;	239314	UN	40,00		
20	Fornecimento e aplicação de gesso aplicado em parede ou teto interno – desempenado, conforme memorial descritivo;	13455	M2	50,00		
21	Fornecimento e aplicação de chapisco rolado com mistura de cimento e areia traço 1:3, com adição de adesivo sintético de alto desempenho. Reboco para parede interna ou externa # 0,5 cm com argamassa pré-fabricada, base para epóxi, borracha clorada, massa corrida acrílica, colagem de laminados, etc., conforme memorial descritivo;	24813	M2	100,00		
22	Instalação de forro modular, incluso, ferramentas e mão-de-obra, conforme memorial descritivo;	18180	M²	700,00		
23	Fornecimento de forro removível acústico de fibra mineral apoiados em perfis metálicos suspensos 625 x 625 mm, incluso material de instalação, conforme memorial descritivo;	480500	CX	29,00		

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP**

24	Fornecimento de forro removível acústico de fibra mineral apoiados em perfis metálicos suspensos 1250 x 625 mm, incluso material de instalação, conforme memorial descritivo	480500	CX	22,00		
25	Fornecimento de forro removível de isopor apoiado em perfis metálicos suspensos 1250x625mm, conforme memorial descritivo;	480500	UN	252,00		
26	Forro de Gesso - Sanca e reparos, conforme memorial descritivo;	480500	M2	180,00		
27	Fornecimento e instalação de porcelanato acetinado 90 x 90 cm assentado com argamassa pré-fabricada de cimento colante - com mão de obra empreitada, conforme memorial descritivo;	5312	M2	100,00		
28	Fornecimento e instalação de rodapé cerâmico assentado com argamassa pré-fabricada de cimento colante altura 100mm, conforme memorial descritivo;	5312	M	80,00		
29	Fornecimento e instalação de piso com revestimento à base de epóxi, duas demãos # 1,5 a 2,5 mm, conforme memorial descritivo;	5312	M2	200,00		
30	Fornecimento e instalação de granilite para revestimento de piso moldado no local e/ou pré-moldado (soleira) Inclusive mobilização e desmobilização para cada 20m², conforme memorial descritivo;	5312	M2	65,00		
31	Fornecimento e instalação de rodapé de granilite pré-moldado , assentado com argamassa mista de cimento, cal e areia. Medidas: 100x2000x3mm, conforme memorial descritivo;	5312	UN	90,00		
32	Fornecimento e instalação de soleira de granito natural de 15 cm de largura, assentado com argamassa mista de cimento, cal e areia, conforme memorial descritivo;	621172	M	30,00		
33	Fornecimento e instalação de placa vinílica 30x30 cm, # >=2,5 mm, capa de uso >= 0,5, fixada com cola à base de neoprene, conforme memorial descritivo;	5312	M2	300,00		
34	Fornecimento e instalação de manta vinílica, 2 m x 20m, # >=2 mm, fixada com cola à base de neoprene (rolo 40m²), conforme memorial descritivo;	5312	UN	5,00		
35	Fornecimento e instalação de rodapé vinílico com 100mm de altura, fixado com cola à base de neoprene, conforme memorial descritivo;	21989	M	280,00		



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

36	Fornecimento e assentamento de peças cerâmicas, especificação conforme memorial: 1. Revestimento cerâmico acetinado $0,15\text{m}^2 < \text{área} < 0,25\text{m}^2$ e 2. Azulejo $15\text{cm} \times 15\text{cm}$, assentadas com argamassa pré-fabricada de cimento colante e rejuntamento com rejunte impermeável, conforme memorial descritivo;	16560	M2	400,00		
37	Cantoneira de alumínio para proteção de quinas ($6\text{m} \times 3/8" \times 1/8"$), conforme memorial descritivo;	607767	UN	10,00		
38	Fornecimento e instalação de vidro cristal liso # 5 mm colocado em caixilho, com gaxeta de neoprene, inclusive película refletiva G20, conforme memorial descritivo;	347564	M2	30,00		
39	Fornecimento e instalação de vidro cristal laminado # 6 mm colocado em caixilho com gaxeta de neoprene, conforme memorial descritivo;	230270	M2	30,00		

3 – DAS DEMAIS CONDIÇÕES:

Prazo de garantia: 1 ano

Prazo de entrega: 30 dias corridos.

Prazo de pagamento: 28 dias corridos.

Validade da proposta: 60 dias corridos.

Encaminhar catálogo técnico correspondente aos modelos ofertados, a fim de comprovar as especificações técnicas descritas na proposta.

Conta bancária no Banco do Brasil

Estamos de acordo com os termos da Resolução USP nº 8548, de 13 de dezembro de 2023, cujo teor encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>.

Declaramos total concordância com os termos do Aviso de Contratação Direta, seus anexos e demais condições da presente dispensa de licitação.

(Local e Data) _____, ____ de _____ de _____.



(Nome e assinatura do representante legal da Empresa/Cargo)

ANEXO III - MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Prestação de Serviços **SEM** dedicação exclusiva de mão de obra

Licitação (Pregão)

Processo SEI nº 154.NNNNNNN/AAAA-NN

Contrato nº [NN/ANO]-[SIGLA DA UNIDADE]

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA [UNIDADE] E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA] OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE [DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO].

Ao(s) DD dia(s) do mês de MMM do ano de AAAA, a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por intermédio da(o) [UNIDADE], inscrita no C.N.P.J. sob nº [CNPJ nº], localizada(o) no(a) [endereço completo], neste ato representada por seu(ua) [cargo da autoridade competente e nome], por delegação de competência, nos termos da [Portaria GR nº 8321/2024](#) e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa [NOME DA EMPRESA], CNPJ nº [CNPJ nº], sediada à [endereço completo], representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), demais normas aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.3. O objeto do presente instrumento é a contratação de **[DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO]**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.4. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						

- 1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.5.1. Edital da Licitação - **[PREGÃO]** nº **NN/AAAA – [SIGLA DA UNIDADE]**.
- 1.5.2. Termo de Referência.
- 1.5.3. Proposta Comercial datada de **[NN/NN/NNNN]**.
- 1.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

[EM CASO DE SERVIÇOS POR ESCOPO - NÃO-CONTÍNUOS]

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **NN (.....) dias/____(outros)** contados do(a) **..... data de assinatura do contrato/termo de início dos serviços/____(outros)**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

OU

[EM CASO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS]

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **NN (.....) meses/anos (máximo de 5 anos)** contados do(a) **..... data de assinatura do contrato/termo de**



início dos serviços/_____ (outros), prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O **CONTRATADO** poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo **CONTRATANTE** em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o **CONTRATANTE** mantém interesse na realização do serviço.
- d) Haja manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação.
- e) Seja comprovado que o **CONTRATADO** mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do **CONTRATANTE**.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.



2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita às seguintes condições resolutivas:

- a) na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato; ou
- b) na ausência de vantagem para o **CONTRATANTE** na manutenção do contrato.

2.1.7.1. A extinção mencionada neste subitem ocorrerá, apenas, na próxima data de aniversário do contrato, e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contados da correspondente data, mediante comunicação da **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**.

2.1.7.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas no item anterior desta cláusula, o **CONTRATADO** não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS **(art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.



CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

EM CASO DE NÃO ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

EM CASO DE ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.1.1.1. ...

4.1.1.2. ...

4.1.2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:

4.1.2.1.

4.1.2.2.

4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do **CONTRATADO** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.4. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.4.1. Submissão, pelo **CONTRATADO**, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada.

4.1.4.2. Autorização prévia do **CONTRATANTE**, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação.



4.1.4.3. Apresentação pelo **CONTRATADO** dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.4.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo **CONTRATANTE**, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo **CONTRATADO**. O **CONTRATADO** poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo **CONTRATANTE**.

4.1.4.5. Apresentação pelo **CONTRATADO** de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o **CONTRATADO** e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

4.1.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao **CONTRATADO**.

4.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

[EM CASO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS]

5.1. O valor mensal da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **R\$...... (.....)**, perfazendo o valor total de **R\$...... (.....)**.



OU

[EM CASO DE SERVIÇOS POR ESCOPO - NÃO-CONTÍNUO]

- 5.1. O valor total da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **R\$..... (.....)**, perfazendo o valor total de **R\$..... (.....)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 5.4. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da [Portaria GR nº 8249/2023](#).

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **DD/MM/AAAA**.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do



índice **IPC FIPE** - Índice de Preço ao Consumidor exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. Ocorrendo o disposto acima, o(s) valor(es) pertinentes, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

$$R = Po . [(IPC / IPCo) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste.

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste.

IPC / IPCo = variação do **IPC FIPE** - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.



- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**, designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.7. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **NN (.....)** dias **[a Administração deve definir de acordo com a complexidade do objeto]**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **NN (.....)** dias **[a Administração deve definir de acordo com a complexidade do objeto]**, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.



- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.
- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar



dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

- 9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- 9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.
- 9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#)).
- 9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#)).
- 9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

[INCLUIR CASO O OBJETO CONTEMPLE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA]

- 9.1.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):
- ... (inserir tabela com endereço(s)).**
- 9.1.20.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o **CONTRATADO** tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] **(inserir distância conforme avaliação técnica)** do local demandado.
- 9.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou)



função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

[INCLUIR CASO OBJETO NÃO EXIJA TRATAMENTO DE DADOS

PESSOAIS - LGPD]

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

OU

[INCLUIR CASO OBJETO EXIJA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LGPD]

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A **CONTRATANTE** deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



- 10.6. É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela **CONTRATANTE** nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

[EM CASO DE NÃO EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL]

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU



[EM CASO DE EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL]

11.1. Para o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, o **CONTRATADO** prestou garantia na modalidade _____, no valor de **R\$** _____, em conformidade com o disposto nos artigos 96 e 98, da Lei federal nº 14.133/2021.

11.2. O valor indicado acima corresponde a ____% (_____ por cento) do valor total do contrato.

11.3. O Termo de Referência estabelece as regras que serão aplicadas em relação à garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
(art. 92, XIV)

12.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato.
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) dar causa à inexecução total do contrato.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da



extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- ii. **Multas**, aplicadas e calculadas nos termos da [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.1. A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na [Resolução USP nº 8548/2023](#):

- a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.
 - a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:
 - I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.
 - II. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
 - a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.
- b) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.



b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

- I. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
- II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Resolução USP nº 8548/2023](#).

c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis



(art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#)), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - b) as peculiaridades do caso concreto.
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).



- 12.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – [Resolução USP nº 8548/2023](#)).
- 12.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na [Portaria GR nº 6723/2016](#).
- 12.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:
- 12.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).
 - 12.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).
 - 12.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
 - 12.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL** ([art. 92, XIX](#))

[EM CASO DE SERVIÇO POR ESCOPO - NÃO CONTÍNUO]

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:



- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

[EM CASO DE SERVIÇOS CONTINUOS]

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do **CONTRATADO** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.



13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

13.3.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do **CONTRATANTE**

Representante legal do **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO IV – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [NN/ANO]-[SIGLA DA UNIDADE]

Processo SEI nº 154.NNNNNNN/AAAA-NN

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por intermédio da(o) [UNIDADE ou ÓRGÃO que gerenciará a ata de registro de preços], inscrita no C.N.P.J. sob nº [CNPJ nº], localizada(o) no(a) [endereço completo], neste ato representada por seu(ua) [nome e cargo da autoridade competente], por delegação de competência, nos termos da [Portaria GR nº 8.321/2024](#), e considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS**, sob nº [NN/ANO]-[SIGLA DA UNIDADE], **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de [DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO], especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão supracitado, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

18.2.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

18.3.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.1.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

18.4.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **[UNIDADE / SIGLA]**

3.1.1. Além do gerenciador, **[não há] OU [são]** órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Unidades/Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**[INCLUIR SE NÃO PERMITIDA A ADESÃO A ATA DE RP POR OUTROS
ÓRGÃOS E/OU ENTIDADES]**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

18.5.

OU
**[INCLUIR SE PERMITIDA A ADESÃO A ATA DE RP POR OUTROS
ÓRGÃOS E/OU ENTIDADES]**



4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias da Unidade ou Órgão gerenciador e do fornecedor.

4.2. A autorização da Unidade ou Órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. A Unidade ou Órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização da Unidade ou Órgão gerenciador, a Unidade ou Órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.3.1. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.4. A Unidade ou Órgão poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

18.6.

Dos limites para as adesões

4.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por Unidade ou Órgão, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 18.7.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade, caso aplicável, de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.



- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7. e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com



vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

18.8.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Unidade ou Órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
 - 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a Unidade ou Órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 - 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela Unidade ou Órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, na [Resolução nº 8.548/2023](#) e na legislação aplicável.
 - 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
 - 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Unidade ou Órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a Unidade ou Órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. A Unidade ou Órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pela Unidade ou Órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De Unidade ou Órgão participante para Unidade ou Órgão participante; ou
- 8.2.2. De Unidade ou Órgão participante para Unidade ou Órgão não participante.
- 8.3. A Unidade ou Órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de Unidade ou Órgão participante para Unidade ou Órgão não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá a Unidade ou Órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pela Unidade ou Órgão gerenciador, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
- 18.9.



9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a Unidade ou Órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho da Unidade ou Órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Unidade ou Órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas na Lei nº 14.133 de 2021 e na [Resolução nº 8.548/2023](#), conforme previsto no Edital..

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, uma vez convocados, injustificadamente não cumprirem o compromisso assumido após a assinatura da ata

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. A Unidade ou Órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

18.10.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

- 18.11. *[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.*

Assinaturas

Representante legal do **órgão gerenciador**

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

ANEXO

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



ANEXO V – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

ANEXO VI – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – IFUSP

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código XH KC-D6I4-GX4F-GA9W no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/XH KC-D6I4-GX4F-GA9W>

Kaline Rabelo Coutinho

Nº USP: 957971

Data: 15/06/2026 16:19